

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	16
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	86
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	87
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
Total	9.183.458
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	787.517	654.075
1.01	Ativo Circulante	40.562	49.798
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.114	3.467
1.01.03	Contas a Receber	24.393	27.480
1.01.03.01	Clientes	24.393	27.480
1.01.04	Estoques	1.089	1.557
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.128	5.809
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.128	5.809
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	838	11.485
1.01.08.03	Outros	838	11.485
1.02	Ativo Não Circulante	746.955	604.277
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.797	2.990
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	153	66
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	153	66
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.644	2.924
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.850	2.850
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.794	74
1.02.02	Investimentos	728.120	589.467
1.02.02.01	Participações Societárias	728.120	589.467
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	82.889	86.612
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	591.746	454.846
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	51.733	46.261
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.752	1.748
1.02.03	Imobilizado	12.038	11.819
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.038	11.819
1.02.04	Intangível	0	1
1.02.04.01	Intangíveis	0	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	787.517	654.075
2.01	Passivo Circulante	30.660	18.183
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42	1
2.01.02	Fornecedores	3.599	7.795
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.599	7.795
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.507	1.597
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.474	1.204
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	864	1.204
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	610	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	393
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	33	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.830	1.355
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.830	1.355
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.830	1.355
2.01.05	Outras Obrigações	4.486	239
2.01.05.02	Outros	4.486	239
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14	14
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	4.472	225
2.01.06	Provisões	7.196	7.196
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.196	7.196
2.02	Passivo Não Circulante	203.751	117.577
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	54.174	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	54.174	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	54.174	0
2.02.02	Outras Obrigações	52.000	20.000
2.02.02.02	Outros	52.000	20.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	52.000	20.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.577	97.577
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.577	97.577
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	97.269	97.269
2.02.03.01.02	Outros Tributos	308	308
2.03	Patrimônio Líquido	553.106	518.315
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-18.460	-53.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	187.941	187.970

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.927	36.764	6.406	16.395
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.872	-25.757	-3.029	-13.355
3.03	Resultado Bruto	5.055	11.007	3.377	3.040
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.727	25.580	32.518	30.347
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.209	-6.356	-3.823	-6.850
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	2.052
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-40	40	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.936	31.976	36.301	35.145
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.782	36.587	35.895	33.387
3.06	Resultado Financeiro	-1.376	-915	-295	-931
3.06.01	Receitas Financeiras	30	952	42	158
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.406	-1.867	-337	-1.089
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.406	35.672	35.600	32.456
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-307	-827	0	0
3.08.01	Corrente	-307	-827	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.099	34.845	35.600	32.456
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.099	34.845	35.600	32.456
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344
3.99.01.02	PNA	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344
3.99.01.03	PNB	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344
3.99.02.02	PNA	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344
3.99.02.03	PNB	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	7.099	34.845	35.600	32.456
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.099	34.845	35.600	32.456

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.154	5.093
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	43.665	15.486
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-34.830	-22.814
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-3.439	-2.951
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	258	117
6.01.06	Pagamentos de Encargos da Dívida	-760	-905
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	19.152	23.963
6.01.08	Impostos e Contribuições	-3.590	-6.703
6.01.10	Outros Pagamento/Recebimentos	-302	-1.100
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-114.504	-71
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-114.504	0
6.02.02	Aquisição de Investimentos	0	-71
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	97.997	-6.209
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-1.331	-6.016
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	70.000	0
6.03.03	Custo da Transação - Captação de Empréstimos	-2.672	0
6.03.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	32.000	0
6.03.05	Outros	0	-193
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.647	-1.187
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.467	1.319
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.114	132

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-25	0	0	-29	-54
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.845	0	34.845
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.845	0	34.845
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	29.600	-18.460	187.941	553.106

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.456	0	32.456
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.456	0	32.456
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-47.039	188.817	525.428

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	41.426	18.488
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	41.426	18.488
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.832	-17.579
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.827	-19.425
7.02.04	Outros	-5	1.846
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.594	909
7.04	Retenções	-167	-48
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-167	-48
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.427	861
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.928	35.303
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.976	35.145
7.06.02	Receitas Financeiras	952	158
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.355	36.164
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.355	36.164
7.08.01	Pessoal	1.000	526
7.08.01.01	Remuneração Direta	959	526
7.08.01.02	Benefícios	41	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.614	2.093
7.08.02.01	Federais	4.778	1.710
7.08.02.02	Estaduais	836	383
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.896	1.089
7.08.03.01	Juros	1.866	1.062
7.08.03.02	Aluguéis	30	27
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.845	32.456
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.845	32.456

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.228.549	2.170.285
1.01	Ativo Circulante	497.112	457.284
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	76.394	66.748
1.01.03	Contas a Receber	325.414	306.169
1.01.03.01	Clientes	325.414	306.169
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	325.414	306.169
1.01.04	Estoques	8.795	9.108
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.656	24.242
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.656	24.242
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	47.853	51.017
1.01.08.03	Outros	47.853	51.017
1.01.08.03.01	Demais Créditos	47.853	51.017
1.02	Ativo Não Circulante	1.731.437	1.713.001
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	896.657	820.292
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.309	10.371
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	11.309	10.371
1.02.01.03	Contas a Receber	94.141	117.568
1.02.01.03.01	Clientes	94.141	117.568
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.896	15.955
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	0	6.542
1.02.01.06.03	Outros Tributos Compensáveis	8.896	9.413
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	782.311	676.398
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	278.965	278.965
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	493.068	374.965
1.02.01.09.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	8.633	5.499
1.02.01.09.07	Demais Créditos	1.645	16.969
1.02.02	Investimentos	316.416	311.208
1.02.02.01	Participações Societárias	316.416	311.208
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	314.664	298.257
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.752	12.951
1.02.03	Imobilizado	189.060	193.114
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	128.022	123.644
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	61.038	69.470
1.02.04	Intangível	329.304	388.387
1.02.04.01	Intangíveis	329.304	388.387
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	197.416	249.915
1.02.04.01.03	Goodwill	119.210	123.625
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	12.678	14.847

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.228.549	2.170.285
2.01	Passivo Circulante	630.139	657.765
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	84.924	75.807
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	84.924	75.807
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento	28.505	22.725
2.01.01.02.03	Benefício a Empregados	56.419	53.082
2.01.02	Fornecedores	152.071	155.447
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	152.071	155.447
2.01.03	Obrigações Fiscais	139.033	121.542
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.125	20.485
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.295	5.710
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	11.830	14.775
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	100.108	99.450
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	800	1.607
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	102.244	127.599
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	102.244	127.599
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	102.244	127.599
2.01.05	Outras Obrigações	141.036	165.851
2.01.05.02	Outros	141.036	165.851
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.386	17.495
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	111.403	122.412
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	25.247	25.944
2.01.06	Provisões	10.831	11.519
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.831	11.519
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	7.196	7.196
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.522	2.650
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.113	1.673
2.02	Passivo Não Circulante	810.433	766.489
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	328.352	297.884
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	328.352	297.884
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	328.352	297.884
2.02.02	Outras Obrigações	342.748	321.590
2.02.02.02	Outros	342.748	321.590
2.02.02.02.03	Benefícios a Empregados	176.672	199.502
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	105.110	92.037
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	60.966	30.051
2.02.03	Tributos Diferidos	99.665	110.589
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	99.665	110.589
2.02.03.01.01	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	72.900	80.949
2.02.03.01.02	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	26.253	29.159
2.02.03.01.03	Outros Tributos Federais	512	481
2.02.04	Provisões	39.668	36.426
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	39.668	36.426
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.660	1.351
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.590	4.650
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	32.418	30.425

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	787.977	746.031
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-18.460	-53.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	187.941	187.970
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	234.871	227.716

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	406.538	1.153.682	348.701	1.002.371
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-318.877	-902.638	-271.698	-772.417
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-207.137	-608.714	-180.304	-511.183
3.02.02	Custo de Operação	-102.759	-264.671	-88.365	-247.879
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-8.981	-29.253	-3.029	-13.355
3.03	Resultado Bruto	87.661	251.044	77.003	229.954
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-60.624	-160.414	1.880	-101.598
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.417	-37.455	-16.544	-58.628
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.605	-128.572	-35.482	-91.253
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.916	36.373	59.729	92.095
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.995	-40.374	-9.792	-50.641
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.477	9.614	3.969	6.829
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.037	90.630	78.883	128.356
3.06	Resultado Financeiro	-8.226	-26.937	-16.234	-50.273
3.06.01	Receitas Financeiras	7.644	27.002	5.875	23.784
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.870	-53.939	-22.109	-74.057
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.811	63.693	62.649	78.083
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.452	-15.857	-22.538	-33.858
3.08.01	Corrente	-8.452	-27.103	-9.860	-21.180
3.08.02	Diferido	0	11.246	-12.678	-12.678
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.359	47.836	40.111	44.225
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	10.359	47.836	40.111	44.225
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.099	34.845	35.600	32.456
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.260	12.991	4.511	11.769
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,7731	3,7945	3,8767	3,5344
3.99.01.02	PNA	0,7731	3,7945	3,8767	3,5344

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.99.01.03	PNB	0,7731	3,7945	3,8767	3,5344
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,7731	3,7945	3,8767	3,5344
3.99.02.02	PNA	0,7731	3,7945	3,8767	3,5344
3.99.02.03	PNB	0,7731	3,7945	3,8767	3,5344

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	10.359	47.836	40.111	44.225
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	10.359	47.836	40.111	44.225
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.099	34.845	35.600	32.456
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.260	12.991	4.511	11.769

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.787	75.224
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	1.736.916	1.511.928
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-164.363	-151.280
6.01.03	Fornecedores - Energia Elétrica	-694.386	-544.733
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-174.862	-157.086
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	2.267	3.700
6.01.06	Pagamento de Encargos da Dívida	-33.560	-41.870
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	949	0
6.01.08	Impostos e Contribuições	-507.143	-345.923
6.01.09	Encargos Setoriais	-129.547	-182.452
6.01.10	Outros Pagamentos/Recebimentos	-31.484	-17.060
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.178	-52.076
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-68.516	-64.453
6.02.02	Alienação de Imobilizado	56.342	13.665
6.02.03	Aquisição de Investimentos	0	-1.288
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-4	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	17.037	-62.086
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-18.961	-7.758
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	145.772	85.789
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-139.102	-139.576
6.03.04	Custo da Transação - Captação de Empréstimos	-2.672	0
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	32.000	0
6.03.06	Outros	0	-541
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.646	-38.938
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.748	99.258
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	76.394	60.320

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315	227.716	746.031
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315	227.716	746.031
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-25	0	0	-29	-54	-5.836	-5.890
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-5.836	-5.836
5.04.08	Transferência para o Passivo Circulante	0	-25	0	0	0	-25	0	-25
5.04.09	Perda de Capital por Diluição de Percentual	0	0	0	0	-29	-29	0	-29
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.845	0	34.845	12.991	47.836
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.845	0	34.845	12.991	47.836
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	29.600	-18.460	187.941	553.106	234.871	787.977

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972	231.637	724.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972	231.637	724.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-9.717	-9.717
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	166	166
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-9.883	-9.883
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.456	0	32.456	11.769	44.225
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.456	0	32.456	11.769	44.225
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-47.039	188.817	525.428	233.689	759.117

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	1.767.437	1.570.825
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.747.591	1.534.166
7.01.02	Outras Receitas	14.369	53.302
7.01.02.01	Ganho na Alienação de Ativo Imobilizado	14.369	53.302
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	5.477	-16.643
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-890.067	-726.365
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-608.714	-511.183
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-124.990	-108.234
7.02.04	Outros	-156.363	-106.948
7.02.04.01	Custo de Construção	-119.716	-76.400
7.02.04.02	Outros	-36.647	-30.548
7.03	Valor Adicionado Bruto	877.370	844.460
7.04	Retenções	-34.360	-47.923
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.360	-47.923
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	843.010	796.537
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	36.616	30.613
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.614	6.829
7.06.02	Receitas Financeiras	27.002	23.784
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	879.626	827.150
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	879.626	827.150
7.08.01	Pessoal	125.965	114.025
7.08.01.01	Remuneração Direta	90.198	88.626
7.08.01.02	Benefícios	35.767	25.399
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	613.688	565.653
7.08.02.01	Federais	314.141	289.818
7.08.02.02	Estaduais	299.547	275.835
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	92.137	103.247
7.08.03.01	Juros	53.939	74.057
7.08.03.02	Aluguéis	38.198	29.190
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	47.836	44.225
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.845	32.456
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	12.991	11.769

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 3º Trimestre de 2012

1

O relatório de desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília S.A – CEB e suas controladas descritas na nota explicativa nº. 1 das informações trimestrais de 30/09/2012.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Quantidade de Consumidores por Classe (Não revisado pelos auditores independentes)

Classe de Consumidores	Consumidores			Δ Trim.	Δ Ano
	3T12	2T12	3T11		
Residencial	785.166	776.085	755.588	1,2%	3,9%
Comercial	101.797	101.216	100.297	0,6%	1,5%
Rural	9.723	9.649	9.515	0,8%	2,2%
Poder Público	5.377	5.305	5.020	1,4%	7,1%
Industrial	1.723	1.716	1.726	0,4%	-0,2%
Serviço Público	295	291	285	1,4%	3,5%
Iluminação Pública	19	19	19	0,0%	0,0%
(=) Fornecimento faturado	904.100	894.281	872.450	1,1%	3,6%
Consumo Próprio	45	47	46	-4,3%	-2,2%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	904.145	894.328	872.496	1,1%	3,6%

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Final (Não revisado pelos auditores independentes)

Classe de Consumidores	Trimestres				Nove Meses			
	MWh			Δ Trim.	Δ Ano	MWh		Δ Ano
	3T12	2T12	3T11			9M12	9M11	
Residencial	515.505	528.822	508.499	-2,5%	1,4%	1.583.003	1.493.596	6,0%
Comercial	461.760	484.361	459.155	-4,7%	0,6%	1.402.503	1.361.422	3,0%
Poder Público	143.413	152.801	138.705	-6,1%	3,4%	436.929	426.353	2,5%
Iluminação Pública	97.472	96.133	91.459	1,4%	6,6%	287.056	272.747	5,2%
Serviço Público	81.707	83.928	86.474	-2,6%	-5,5%	244.699	251.740	-2,8%
Industrial	60.108	60.404	58.315	-0,5%	3,1%	178.423	173.291	3,0%
Rural	41.913	32.231	43.216	30,0%	-3,0%	103.648	102.933	0,7%
(=) Fornecimento faturado	1.401.878	1.438.680	1.385.823	-2,6%	1,2%	4.236.261	4.082.082	3,8%
Consumo Próprio	446	467	451	-4,5%	-1,1%	1.365	1.427	-4,3%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.402.324	1.439.147	1.386.274	-2,6%	1,2%	4.237.626	4.083.509	3,8%

No 3T12 a base de consumidores apresentou um aumento de 3,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior e em relação ao 2T12 este aumento foi de 1,1%, atingido um total de 904.100 mil consumidores (desconsiderando o Consumo Próprio). Do total de Consumidores no final do 3T12, 87% pertencia à classe Residencial e 11% à classe Comercial. Os demais consumidores representavam 2%.

A quantidade de energia vendida no 3T12 atingiu 1.401,878 MWh, e apresentou um crescimento de 1,2% quando comparado ao 3T11. Em comparação ao 2T12 ocorreu uma redução de -2,6%. No período de 9M12, a quantidade de energia vendida foi de 4.236.261 MWh (desconsiderando o Consumo Próprio), apresentando um aumento de 3,8% (154.179 MWh) em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

3º Trimestre de 2012

2

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita operacional bruta consolidada do 3T12 totalizou R\$ 601,7 milhões, R\$ 69,1 milhões superior à do 3T11 (13,0%). Em relação ao 2T12 o aumento foi de R\$ 8,5 milhões (1,4%). Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 545,5 milhões, crescimento de R\$ 41,6 milhões (8,3%) quando comparado ao 3T11 e uma redução de R\$ 15,6 milhões (-2,08%) em relação ao 2T11.

Receita Bruta - R\$ Mil	Trimestres					Nove Meses		
	3T12	2T12	3T11	Δ Trim.	Δ Ano	9M12	9M11	Δ Ano
Fornecimento de Energia Elétrica	498.988	506.371	470.093	-1,5%	6,1%	1.485.977	1.354.305	9,7%
Receita de Construção	56.274	32.210	28.738	74,7%	95,8%	119.716	76.400	56,7%
Receita de Prestação de Serviços	15.373	18.865	8.500	-18,5%	80,9%	44.765	22.765	96,6%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	10.341	9.130	8.670	13,3%	19,3%	28.472	24.150	17,9%
Suprimento de Energia	7.182	10.833	6.369	-33,7%	12,8%	21.598	19.182	12,6%
Energia de Curto Prazo	4.813	7.526	1.384	-36,0%	247,8%	19.804	10.893	81,8%
Receita de Venda de Gás	1.553	1.673	2.040	-7,2%	-23,9%	4.895	6.002	-18,4%
Outras Receitas Operacionais	7.266	6.726	6.847	8,0%	6,1%	22.364	20.469	9,3%
Receita Operacional Bruta	601.790	593.334	532.641	1,4%	13,0%	1.747.591	1.534.166	13,9%
Impostos e Outras Deduções	(195.252)	(205.802)	(183.940)	-5,1%	6,1%	(593.909)	(531.795)	11,7%
Receita Operacional Líquida	406.538	387.532	348.701	4,9%	16,6%	1.153.682	1.002.371	15,1%

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

No 3T12, a receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 498,9 milhões, R\$ 28,9 milhões (6,1%) superior a obtida no 3T11 e uma redução de 1,5% em comparação ao 2T12, em linha com a redução de consumo no mesmo período. As principais razões para o aumento verificado no 3T12 em relação ao 3T11 foram:

- ✓ Reajuste tarifário de 8,15% autorizado pela ANEEL, sendo 6,86% econômico e 1,29% de componente financeiro. O efeito médio desse reajuste sobre as tarifas dos consumidores foi de 6,36%, sendo de 5,58% para os consumidores atendidos em alta tensão e de 6,74% para aqueles atendidos em baixa tensão.
- ✓ Aumento da base de consumidores 3,6% o que representa um aumento físico de 16,055 novos consumidores.
- ✓ O consumo em MWh aumentou 3,8%, atingindo 1.401.878 MWh no 3T12 (1.385.823 MWh em 3T11).

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O acréscimo de R\$ 6,8 milhões (80,9%) no 3T12, em relação à receita gerada no 3T11 deve-se ao maior número de serviços executados neste período. Na comparação com o 2T12, houve uma redução de R\$ 3,4 milhões (-18,5%).

SUPRIMENTO DE ENERGIA

A receita de Suprimento de Energia no 3T12 foi de R\$ 7,1 milhões (R\$ 6,3 milhões no 3T11). Em relação ao 2T12, apresentou uma redução de R\$ 3,6 milhões (-33,7) em razão de preços mais elevados praticados no período.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

3º Trimestre de 2012

3

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

Os custos e despesas operacionais consolidados, que desconsideram as depreciações e amortizações do período no montante de R\$ 12,2 milhões, totalizaram no 3T12 R\$ 367,6 milhões, um aumento de R\$ 60,1 milhões (19,6%) em relação ao 3T11. Nos 9M12, os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 1.034,3 milhões, um acréscimo de 18,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

R\$ Mil	Trimestres					Nove Meses		
	3T12	2T12	3T11	Δ Trim.	Δ Ano	9M12	9M11	Δ Ano
Custo da Energia Comprada								
Energia elétrica comprada para revenda	(166.580)	(166.966)	(140.566)	-0,2%	18,5%	(494.252)	(404.705)	22,1%
Encargos de uso da rede elétrica	(40.557)	(37.085)	(39.738)	9,4%	2,1%	(114.462)	(106.478)	7,5%
Subtotal	(207.137)	(204.051)	(180.304)	1,5%	14,9%	(608.714)	(511.183)	19,1%
Demais Custos e Receitas/(Despesas) Operacionais								
Pessoal e Administradores	(39.105)	(43.735)	(37.400)	-10,6%	4,6%	(120.536)	(104.679)	15,2%
Serviços de Terceiros	(40.149)	(41.619)	(34.478)	-3,5%	16,5%	(120.685)	(102.464)	17,8%
Custo de Construção – Concessão	(56.274)	(32.210)	(28.738)	74,7%	95,8%	(119.716)	(76.400)	56,7%
Arrendamento	(12.403)	(12.403)	(9.730)	0,0%	27,5%	(37.209)	(29.190)	27,5%
(Provisão)/Reversão para Devedores Duvidosos	(1.469)	(4.806)	(3.370)	-69,4%	-56,4%	5.477	(16.643)	-132,9%
Entidade de Previdência Privada	(2.188)	(1.732)	(1.386)	26,3%	57,9%	(5.429)	(3.946)	37,6%
Compensação Financeira – Utilização de Recursos Hídricos	(1.083)	(1.388)	(1.005)	-22,0%	7,8%	(4.785)	(4.519)	5,9%
Material	(1.800)	(1.361)	(2.060)	32,3%	-12,6%	(4.644)	(6.268)	-25,9%
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(882)	(798)	(782)	10,5%	12,8%	(2.507)	(2.165)	15,8%
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	(5.158)	(4.532)	(8.221)	13,8%	-37,3%	(15.557)	(16.918)	-8,0%
Subtotal	(160.511)	(144.584)	(127.170)	11,0%	26,2%	(425.591)	(363.192)	17,2%
Total	(367.648)	(348.635)	(307.474)	5,5%	19,6%	(1.034.305)	(874.375)	18,3%

O aumento de 19,6% deve-se, principalmente, ao crescimento dos custos/despesas a seguir:

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada para Revenda:** apresentou no 3T12 um crescimento de R\$ 26,8 milhões (14,9%) em relação ao 3T11. Nos 9M12, o total do custo da energia comprada foi de R\$ 608,7 milhões enquanto que no mesmo período do ano anterior o custo foi de R\$ 511,7 milhões, uma elevação de 19,1%. Os principais ofensores que contribuíram para a elevação destes custos foram:
 - aumento nos Contratos de Disponibilidades, que somente no 2T12 tiveram acréscimo de 45,5% em relação ao 1T12. Na comparação entre o 3T12 e 2T12 os custos permaneceram no mesmo patamar;
 - aumento nos valores de aquisição de energia elétrica das Termoelétricas que tem contratos com o sistema elétrico. Para o cumprimento do contrato pactuado as Termoelétricas adquirem energia no mercado acima do valor do contrato e, para não terem prejuízo, entram com pedido de liminar na CCEE, o que fez com que a Controlada CEB – D tivesse um custo maior na compra de energia para revenda.

 - ✓ **Serviços de Terceiros:** aumento de R\$ 5,6 milhões (16,4%) no 3T12 em comparação ao 3T11. Os serviços que geraram este acréscimo foram:
 - Manutenção/Serviços da Planta de IP (Iluminação Pública) R\$ 2,8 milhões
 - Manutenção da Planta de Distribuição R\$ 1,2 milhão
 - Recebimento de Fatura de Energia Elétrica R\$ 1,4 milhão
 - Serviços Contratados R\$ 1,5 milhão
- Os acréscimos foram parcialmente compensados pela redução dos serviços a seguir:
- Processamento de Dados R\$ 1,8 milhão
 - Serviços Comerciais R\$ 1,8 milhão

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

3º Trimestre de 2012

4

No acumulado dos 9M12, os Serviços de Terceiros totalizaram R\$ 120,6 milhões contra R\$ 102,4 milhões nos 9M11, gerando um aumento de R\$ 18,2 milhões (17,8%)

- ✓ **Custo de Construção – Concessão:** apresentou um crescimento de R\$ 27,5 milhões (95,8%) em relação ao 3T11. Este item não impacta o resultado, devido à receita de construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ **Pessoal e Administradores:** apresentou no 3T12 um aumento de R\$ 1,7 milhão (4,6%) em relação ao 3T11. Esta variação ocorreu em função do reajuste salarial ocorrido no 4T11 com a aprovação do acordo coletivo e novas contratações de pessoal através de concurso público. Em relação ao 2T12, houve uma redução de R\$ 4,6 milhões (-10,6%) devido aos seguintes eventos: ajuste das provisões de férias (redução de provisão) realizado na Controlada CEB Distribuição no 3T12, pagamento do abono negociado no acordo coletivo vigente e também novas contratações de pessoal aprovados em concurso público que ocorreram 2T12.
- ✓ **Arrendamento:** acréscimo de R\$ 2,5 milhões (21,1%) em função do reajuste anual previsto em contrato que prevê como base para aplicação do índice (IPCA) sobre o valor do Imobilizado líquido no final do exercício.

Os acréscimos foram parcialmente compensados pelos seguintes eventos:

- ✓ reversão na provisão de devedores duvidosos no valor de R\$ 17,0 milhões, em função do acordo realizado com a Brasil Telecom S.A.(Oi) para quitação de débitos;
- ✓ venda de bens do Imobilizado que gerou um ganho de R\$ 14,3 milhões.

DEPRECIACÃO / AMORTIZACÃO

A despesa com depreciação e amortização atingiu R\$ 12,2 milhões no 3T12, uma redução de R\$ 4,0 milhões (-24,6%) em relação ao 3T11. A redução ocorreu em função das alterações nas taxas de depreciação/amortização regulamentada pela ANEEL e recálculo da depreciação/amortização dos bens de concessão.

R\$ mil	3T12	2T12	3T11	Δ Trim.	Δ Ano	9M12	9M11	Δ Ano
Depreciação/Amortização	12.251	10.368	16.250	18,16%	-24,61%	34.360	47.923	-28,30%

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido negativo no 3T12 totalizou R\$ 8,2 milhões, uma redução de R\$ 8,6 milhões (-51,1%) em relação ao 3T11.

	Trimestres					Nove Meses		
	3T12	2T12	3T11	Δ Trim.	Δ Ano	9M12	9M11	Δ Ano
Receitas Financeiras								
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	3.232	3.074	760	5,1%	325,3%	11.369	4.866	133,6%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	2.435	2.968	2.192	-18,0%	11,1%	9.204	5.452	68,8%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.423	1.264	456	12,6%	212,1%	3.609	3.470	4,0%
Multas e Penalidades Aplicadas	674	439	552	53,5%	22,1%	1.828	2.051	-10,9%
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica		(322)	71	-100,0%	-100,0%			
Receita de Dividendos	12	682				949		
Outras Receitas Financeiras	(132)	57	2.845	-331,6%	-104,6%	43	7.945	-99,5%
Total	7.644	8.162	6.877	-6,3%	11,2%	27.002	23.784	13,5%
Despesas Financeiras								
Encargos de Dívidas	(9.266)	(10.655)	(11.038)	-13,0%	-16,1%	(29.053)	(40.439)	-28,2%
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(4.541)	(6.429)	(5.400)	-29,4%	-15,9%	(15.575)	(20.776)	-25,0%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

3º Trimestre de 2012

5

	Trimestres					Nove Meses		
	3T12	2T12	3T11	Δ Trim.	Δ Ano	9M12	9M11	Δ Ano
Atualização de Benefício pós-emprego	(2.375)	(2.051)	(1.631)	15,8%	45,6%	(5.911)	(6.119)	-3,4%
Multas e Penalidades Aplicadas			30		-100,0%			
Varição Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica	812		(4.178)		-119,4%	(928)	(3.340)	-72,2%
Outras Despesas Financeiras	(500)	(1.028)	(1.497)	-51,4%	-66,6%	(2.472)	(3.383)	-26,9%
Total	(15.870)	(20.163)	(23.714)	-21,3%	-33,1%	(53.939)	(74.057)	-27,2%
Resultado Financeiro	(8.226)	(12.001)	(16.837)	-31,5%	-51,1%	(26.937)	(50.273)	-46,4%

A redução do resultado financeiro líquido negativo em comparação ao 3T11 é reflexo dos seguintes eventos:

- ✓ redução dos Encargos da Dívida em R\$ 1,7 milhão (-16,1%);
- ✓ redução da Varição Cambial sobre Faturas de Energia Elétrica R\$ 4,9 milhões (-119,4%);
- ✓ aumento de Juros/Variações Monetárias sobre Ativos R\$ 2,4 milhões (325,3%)

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA no 3T12 totalizou R\$ 39,2 milhões, uma redução de R\$ 55,8 milhões (-58,7%) em relação ao 3T11. Nos 9M12 o EBITDA atingiu R\$ 124,9 milhões, apresentando uma redução de R\$ 51,2 (-29,0%) em comparação com o 9M11. Se compararmos o EBITDA ajustado, desconsiderando o Ganho na Venda de Bens, ao EBITDA dos 9M12, este apresenta uma redução de R\$ 12,3 milhões (-10,0%). A margem EBITDA dos 9M12 foi de 10,83% contra 17,59% nos 9M11.

R\$ mil	3T12	2T12	3T11	9M12	9M11
Lucro Líquido Consolidado do Período	10.359	16.036	40.111	47.836	44.225
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	8.452	(347)	22.538	15.857	33.858
(+) Resultado Financeiro	8.226	9.744	16.234	26.937	50.273
(+) Depreciação /Amortização	12.251	10.368	16.250	34.360	47.923
EBITDA	39.288	35.801	95.133	124.990	176.279
(-) Ganho na Venda de Bens	(90)	(1.304)	(53.302)	(14.369)	(53.302)
EBITDA Ajustado	39.198	34.497	41.831	110.621	122.977
Margem EBITDA %	9,66	9,24	27,28	10,83	17,59
Margem EBITDA Ajustado %	9,64	8,90	12,00	9,59	12,27

LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O lucro líquido Consolidado do período no 3T12 foi de R\$ 10,3 milhões, sendo que deste total R\$ 7,0 milhões (R\$ 35,6 milhões no 3T11) foram atribuídos ao acionista controlador. Em comparação ao 3T11 o resultado foi 80,1% menor. O lucro líquido Consolidado para os 9M12 atingiu R\$ 47,8 milhões (R\$ 44,2 milhões nos 9M11) sendo que R\$ 34,8 milhões foi atribuído ao acionista controlador.

	3T12	2T12	3T11	Δ Trim.	Δ Ano	9M12	9M11
Lucro Líquido Consolidado do Período	10.359	16.036	40.111	-35,4%	-74,2%	47.836	44.225
Margem Líquida	1,75%	2,71%	2,71%	-35,7%	-35,7%	3,02%	3,24%
Lucro atribuído aos acionistas controladores	7.099	10.520	35.600	-32,5%	-80,1%	34.845	32.456
Lucro atribuído aos acionistas controladores por ação (R\$)	0,7731	1,1456	3,8767	-32,5%	-80,1%	3,8767	3,5344

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 3º Trimestre de 2012

6

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta consolidada apresentou uma redução de R\$ 11,7 milhões (-2,7%) em relação a setembro de 2011. Em comparação com junho de 2012, o endividamento apresentou um aumento de 5,1%, saindo de R\$ 409,8 milhões em junho de 2012 para R\$ 430,5 milhões em setembro de 2012. Com relação à Dívida Líquida, em setembro esta representa 2,2 EBITDA contra 1,7 em junho de 2012 e 2,0 em setembro de 2011.

R\$ mil	30/09/2012	30/06/2012	30/09/2011	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	102.244	119.212	125.237	-14,2%	-18,4%
Longo Prazo	328.352	290.673	317.104	13,0%	3,5%
Dívida Total	430.596	409.885	442.341	5,1%	-2,7%
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	76.394	55.727	60.320	37,1%	26,6%
= Dívida Líquida (R\$ mil)	354.202	354.158	382.021	0,0%	-7,3%
Dívida Líquida / EBITDA*	2,2	1,7	2,0	33,4%	11,1%

*EBITDA anualizada

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moeda Nacional	26.154	103.728	102.566	86.378	39.515	33.100	41.735	433.176

Nota: Exclui os custos da transação.

CAPEX – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO (Não revisado pelos auditores independentes)

No 3T12, o CAPEX do segmento de distribuição foi de R\$ 42,5 milhões, representando um aumento de 74,8% em relação ao 2T12 (R\$ 24,3 milhões). Em relação ao 3T11 o acréscimo foi de 69,4% (R\$ 25,0 milhões). Nos 9M12, o CAPEX atingiu R\$ 94,2 milhões contra R\$ 74,9 milhões nos 9M11, um aumento de 25,6%.

R\$ mil	Trimestres					Nove Meses		
	3T12	2T12	3T11	Δ Trim.	Δ Ano	9M12	9M11	Δ Ano
CAPEX	42.525	24.325	25.094	74,82%	69,46%	94.227	74.989	25,65%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
3º Trimestre de 2012

7

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	3T12	2T12	3T11	9M12	9M11
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	601.790	593.335	532.641	1.747.591	1.534.166
Fornecimento de energia elétrica	498.988	506.370	470.093	1.485.977	1.354.305
Suprimento de Energia	7.182	10.834	6.369	21.598	19.182
Energia de Curto Prazo	4.813	7.526	1.384	19.804	10.893
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	10.341	9.130	8.670	28.472	24.150
Receita da Prestação de Serviços	15.373	18.865	8.500	44.765	22.765
Receita da Venda de Gás	1.553	1.673	2.040	4.895	6.002
Arrendamento e Aluguéis	5.195	4.997	5.718	15.268	15.216
Receita de Construção	56.274	32.210	28.738	119.716	76.400
Outras receitas operacionais	2.071	1.730	1.129	7.096	5.253
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(195.252)	(205.803)	(183.940)	(593.909)	(531.795)
Impostos	(100.173)	(103.533)	(94.792)	(299.055)	(275.835)
Contribuições	(52.631)	(54.397)	(46.990)	(157.117)	(139.383)
Encargos do Consumidor	(42.448)	(47.873)	(42.158)	(137.737)	(116.577)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	406.538	387.532	348.701	1.153.682	1.002.371
Custo com Energia Elétrica	(207.137)	(204.051)	(180.304)	(608.714)	(511.183)
Energia elétrica comprada para revenda	(152.173)	(140.061)	(139.414)	(444.977)	(399.733)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(14.407)	(26.905)	(1.152)	(49.275)	(4.972)
Encargos de uso da rede elétrica	(40.557)	(37.085)	(39.738)	(114.462)	(106.478)
Custo de Operação	(102.759)	(79.778)	(88.365)	(264.671)	(247.879)
Pessoal e Administradores	(16.672)	(18.929)	(18.182)	(53.498)	(51.064)
Entidade de Previdência Privada	(548)	(629)	(624)	(2.006)	(1.776)
Material	(490)	(535)	(674)	(1.800)	(1.760)
Serviço de Terceiros	(3.499)	(4.036)	(9.931)	(12.227)	(27.834)
Depreciação e Amortização	(10.059)	(8.298)	(15.651)	(27.953)	(46.208)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(882)	(798)	(782)	(2.507)	(2.165)
Custo de Construção	(56.274)	(32.210)	(28.738)	(119.716)	(76.400)
Arrendamento	(12.403)	(12.403)	(9.730)	(37.209)	(29.190)
Compensação Financ. Utiliz. De Recursos Hídricos	(1.083)	(1.388)	(1.005)	(4.785)	(4.519)
Outros Custos de Operação	(849)	(552)	(3.048)	(2.970)	(6.963)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(8.981)	(10.798)	(3.029)	(29.253)	(13.355)
Material	(474)	(7)	(497)		
Serviço de Terceiros	(7.397)	(9.610)	(3.029)	(25.260)	(13.355)
Outros	(1.110)	(1.181)		(3.496)	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	87.661	92.905	77.003	251.044	229.954
Receitas/Despesas Operacionais	(68.159)	(62.054)	1.880	(160.414)	(101.598)
Despesas com vendas	(16.417)	(18.624)	(16.544)	(37.455)	(58.628)
Pessoal e Administradores	(2.633)	(2.817)	(2.526)	(8.184)	(7.282)
Material	(146)	(18)	(529)	(186)	(2.440)
Serviço de Terceiros	(11.693)	(10.376)	(9.209)	(32.841)	(30.471)
Propaganda e Publicidade		(115)	(488)	(339)	(498)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(1.469)	(4.806)	(3.370)	5.477	(16.643)
Outras Despesas	(476)	(492)	(422)	(1.382)	(1.294)
Despesas gerais e administrativas	(44.605)	(45.752)	(35.482)	(128.572)	(91.253)
Pessoal e Administradores	(19.800)	(21.989)	(16.692)	(58.854)	(46.333)
Entidade de Previdência Privada	(1.640)	(1.103)	(762)	(3.423)	(2.170)
Material	(690)	(801)	(857)	(2.161)	(2.068)
Serviço de Terceiros	(17.560)	(17.482)	(11.821)	(50.017)	(30.306)
Depreciação e Amortização	(2.192)	(2.070)	(599)	(6.407)	(1.715)
Outras Despesas	(2.723)	(2.307)	(4.751)	(7.710)	(8.661)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(11.614)	(2.813)	49.937	(4.001)	41.454
Outras Receitas Operacionais	6.916	8.916	59.729	36.373	92.095
Outras Despesas Operacionais	(18.530)	(11.729)	(9.792)	(40.374)	(50.641)
Resultado Equivalência Patrimonial	4.477	5.135	3.969	9.614	6.829
RESULTADO DO SERVIÇO	19.502	30.851	78.883	90.630	128.356
Resultado Financeiro	(691)	(15.161)	(16.234)	(26.937)	(50.273)
Receitas Financeiras	7.644	8.164	5.875	27.002	23.784
Despesas Financeiras	(8.335)	(23.325)	(22.109)	(53.939)	(74.057)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ e CSLL	18.811	15.690	62.649	63.693	78.083
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8.452)	346	(22.538)	(15.857)	(33.858)
Corrente	(8.452)	(9.293)	(9.860)	(27.103)	(21.180)
Diferido		9.639	(12.678)	11.246	(12.678)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	10.359	16.036	40.111	47.836	44.225
Atribuído aos Acionistas Controladores	7.099	10.520	35.600	34.845	32.456
Atribuído aos Acionistas não Controladores	3.260	5.516	4.511	12.991	11.769

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 3º Trimestre de 2012

8

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL – R\$ MIL

Balanço Patrimonial	30/09/2012	30/06/2012	30/09/2011
Total Ativo	2.228.549	2.166.666	2.166.124
Circulante	497.112	466.634	469.953
Caixa e Equivalentes de Caixa	76.394	55.727	60.320
Contas a Receber	325.414	321.294	344.539
Estoques	8.795	9.510	6.726
Tributos e Contribuições Compensáveis	38.656	32.981	29.559
Demais Créditos	47.853	47.122	28.809
Não Circulante	1.731.437	1.700.032	1.696.171
Aplicações Financeiras	11.309	10.764	10.089
Contas a Receber	94.141	94.295	135.985
Depósitos e Bloqueios Judiciais	8.633	5.347	7.493
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.896	15.439	15.197
Bens Mantidos para Venda	278.965	278.965	287.052
Ativo Financeiro Indenizável	493.068	455.952	369.833
Demais Créditos	1.645	1.651	18.030
Investimentos	316.416	310.743	285.219
Imobilizado	189.060	189.562	196.715
Intangível	329.304	337.314	370.558
Total Passivo	2.228.549	2.166.666	2.166.124
Circulante	630.139	645.780	652.443
Fornecedores	152.071	149.064	140.118
Obrigações Tributárias	139.033	133.176	136.647
Encargos Regulatórios	111.403	114.456	121.070
Empréstimos e Financiamentos	102.244	119.212	125.237
Obrigações Societárias	4.386	9.448	7.716
Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.505	26.117	23.278
Benefícios Pós Emprego	56.419	56.854	51.899
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	10.831	10.616	15.030
Demais Obrigações	25.247	26.837	31.448
Não Circulante	810.433	743.268	764.867
Passivo Fiscal Diferido	99.665	99.470	105.293
Empréstimos e Financiamentos	328.352	290.673	317.104
Benefícios Pós Emprego	176.672	184.291	206.881
Encargos Regulatórios	105.110	100.923	87.354
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	39.668	38.512	45.987
Demais Obrigações	60.966	29.399	2.248
Patrimônio Líquido	787.977	777.618	748.814
Atribuído aos acionistas controladores	553.106	546.007	522.456
Capital Social	342.056	342.056	342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969	11.994
Ajuste de Avaliação Patrimonial	187.941	187.941	188.817
Reserva de Lucros	29.600	29.600	29.600
Prejuízos Acumulados	(18.460)	(25.559)	(50.011)
Atribuível aos acionistas não controladores	234.871	231.611	226.358

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

3º Trimestre de 2012

9

ANEXO III – RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO – R\$ MIL

Descrição	9M12	9M11	9M12	9M11	9M12	9M11
	Consumidores		MWh		Valor	
Consumidores						
Residencial	785.166	755.588	1.538.003	1.493.596	591.705	534.230
Industrial	1.723	1.726	178.423	173.291	69.662	68.337
Comercial	101.797	100.297	1.402.503	1.361.422	509.082	464.461
Rural	9.723	9.515	103.648	102.933	24.672	22.732
Poder Público	5.377	5.020	436.929	426.353	173.397	158.755
Iluminação Pública	19	19	287.056	272.747	54.507	48.905
Serviço Público	295	285	244.699	251.740	59.232	56.702
(=) Fornecimento faturado	904.100	872.450	4.191.261	4.082.082	1.482.257	1.354.122
Consumo Próprio	45	46	1.365	1.427		
Fornecimento Não Faturado Líquido					3.721	183
Encargo de Capacidade Emergencial					1	
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	904.145	872.496	4.192.626	4.083.509	1.485.979	1.354.305
Energia elétrica de curto prazo					10.922	8.385
Disponibilização do Sistema de Distribuição					29.297	24.150
Receita de construção					119.716	76.400
Arrendamento e Aluguéis					15.298	15.216
Outras receitas e rendas					9.960	9.222
Total da receita operacional					1.671.172	1.487.678
Deduções da Receita						
Impostos					(297.616)	(273.140)
ICMS					(296.801)	(272.301)
ISS					(815)	(839)
Contribuições					(143.154)	(130.391)
PIS/PASEP					(25.536)	(23.259)
COFINS					(117.618)	(107.132)
Encargos do Consumidor					(136.475)	(115.639)
Encargo de Capacidade Emergencial					(1)	
Reserva Global de Reversão - RGR					(14.114)	(5.505)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(4.835)	(4.326)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(49.082)	(42.712)
Conta de Consumo de Combustível - CCC					(60.708)	(56.032)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(4.835)	(4.332)
Outros Encargos					(2.900)	(2.732)
Total das Deduções da Receita					(577.245)	(519.170)
Receita Operacional Líquida					1.093.927	968.508

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Companhia Energética de Brasília e Companhia Energética de Brasília e Sociedades Controladas

Informações Trimestrais – ITR
em 30 de setembro de 2012

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, controlada pelo Governo do Distrito Federal e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresa	Atividade	30/09/2012	31/12/2011
Participações diretas			
Em controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás	Gás	17%	17%
Em controlada em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	39,07%	39,07%
Participações indiretas			
Em coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%

a) Controladas

- CEB Distribuição S.A. – A CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A CEB-D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. É detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3

(i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB-D**

A controlada CEB D vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos. Os planos da Administração para manutenção das atividades da CEB D consistem, entre outros, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na alienação de ativos não operacionais com vistas a investimentos no sistema de distribuição, recuperação de perdas técnicas e comerciais, na implantação do resultado dos estudos, em fase de elaboração, para efficientização empresarial, elaborados pelo Instituto de Desenvolvimento Gerencial – INDG, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos para sustentabilidade do sistema de distribuição da CEB D. Assim, as informações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação dos referidos planos, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal (GDF), serão suficientes para a continuidade normal das operações da CEB D.

No dia 5 de janeiro de 2012, a carta consulta enviada ao BNDES foi protocolada pelo GDF e enquadrada pelo Banco conforme Ofício no. 297/2012-BNDES CEC, de 17 de abril de 2012. O enquadramento significa a primeira aprovação do projeto encaminhado ao BNDES quando da consulta previa. A partir do enquadramento da operação junto ao BNDES, iniciou-se o processo negocial relativamente aos valores efetivos, taxas, prazos, garantias e demais condições do financiamento. Destaca-se que a operação terá o destino final dos recursos a capitalização da CEB Distribuição S.A. O acionista GDF busca, ainda, fontes alternativas de capitalização da Companhia.

Em consonância ao esforço empresarial e capitalização da CEB Distribuição, a Companhia tem realizado uma agressiva política de cobrança junto aos devedores buscando reduzir substancialmente o seu contas a receber. Estão em andamento ações em conjunto com a Secretaria da Fazenda para o reconhecimento das dívidas do GDF para com a CEB e, após definido o montante atual da dívida, buscar-se-á recursos e formas de pagamento.

As ações de cobranças judiciais têm sido monitoradas constantemente pela área jurídica da Companhia com vistas a acelerar o andamento das ações e também a execução dos créditos quando for o caso.

No dia 7 de novembro de 2012, foi aprovada a Lei nº 4.962 de autoria do Poder Executivo, que autorizou o GDF a contratar operação de crédito para financiar aporte de capital na Companhia Energética de Brasília – CEB. O valor da operação de crédito é de até R\$ 160.000 (cento e sessenta milhões de reais) e será firmado com a Caixa Econômica Federal.

A Companhia Energética de Brasília – CEB, que deve adotar as providências necessárias à formalização do aumento de capital, inclusive em relação aos adiantamentos pendentes, em até doze meses que se seguirem ao aporte.

Para a garantia do principal e encargos da operação de crédito, o GDF está autorizado a oferecer, a modo pro solvendo, as quota-partes do Fundode Participação dos Municípios – FPM, do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE de direito do Distrito Federal, e do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação – ICMS, e outros recursos de natureza que vierem a substituí-los.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4

Além dos fatos acima, a controladora compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., conforme os valores destacados no item (ii) abaixo.

(ii) Compromisso de Subscrição de Ações

Em 23 de janeiro de 2006, foi firmado o instrumento particular “Compromisso de Subscrição de Ações” entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Distribuição S.A., com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Governo do Distrito Federal na qualidade de Intervenientes Anuentes, estabelecendo que:

A CEB compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., correspondente ao valor histórico total de R\$ 142,7 milhões, atualizado para R\$ 137,8 milhões em 30 de junho de 2012.

A Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, previa o aporte inicial em dezembro de 2006. Esta Resolução foi alterada pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. Entretanto, foi emitida nova Resolução Autorizativa de nº 3.254/11 que alterou novamente o cronograma de aportes, conforme valores atualizados mostrados a seguir:

Previsto - Resolução 3.254/11		Aportes Realizados		Saldo a Realizar
Meses	Valor	Meses	Valor	
Dezembro de 2011	20.000	Janeiro de 2012	9.000	
Junho de 2012	62.979	Maior de 2012	3.500	
Novembro de 2012	62.979	Julho de 2012	102.000	
Valor Previsto	145.958			
Atualização monetária (Janeiro/2012 a Setembro/2012)	7.122			
Total Atualizado em 30 de Setembro de 2012	153.080	Total	114.500	
Nota: Os valores são corrigidos pela variação do IGPM.				

Como garantia do aporte do valor total da subscrição, a CEB constituiu, em favor da CEB-D, penhor sobre 33.830.000 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil) ações ordinárias da CEB Lajeado S.A., de sua propriedade.

O § 1º do Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, determina que: “Dos recursos oriundos de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativos à CEB-D, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverão ser destinados ao referido aporte de capital”.

Por sua vez, o § 3º do Art. 5º da citada Resolução, estabelece que na hipótese da insuficiência dos dividendos e juros sobre o capital próprio, a CEB deverá aportar os recursos necessários no capital social da CEB-D, cujo aporte anual não poderá ser inferior ao montante do referido compromisso.

A CEB integralizou na CEB D, a parcela das ações subscritas relativa a 2008, com valor histórico de R\$ 20.030. A integralização das demais parcelas dar-se-á por meio de um imóvel, cuja avaliação (R\$ 274.400) foi aprovada pela Assembléia Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 2009 (Nota 10). Após a autorização da ANEEL, o referido ativo foi destinado à Empresa distribuidora e está contabilizado no Patrimônio Líquido pelo valor avaliado.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5

Entretanto, a Agência reguladora reconhecerá a integralização das ações por meio do imóvel, quando ocorrer sua alienação, considerando o valor financeiro líquido da operação, deduzidos os impostos relacionados.

Havia a previsão de conclusão do processo de alienação no decorrer de 2011, mas apesar das tentativas a CEB não obteve sucesso. Em 2012, a CEB retomará o processo, possibilitando o completo atendimento do “Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado pelas empresas envolvidas, inclusive de forma antecipada. A conclusão da operação destinará os recursos necessários e suficientes para que a CEB Distribuição S.A. continue o intenso programa de investimentos iniciado em 2007, permitindo a recuperação e as ampliações necessárias do sistema de distribuição de energia da área de concessão e assegurando o adequado padrão de qualidade da energia fornecida a seus clientes.

(iii) Projeto AGIR

O Projeto AGIR (Ação, Gestão, Integração e Resultado) tem por objetivo realizar um mapeamento de processos e reestruturação organizacional na CEB Distribuição S.A. com prazo de 12 (doze) meses, a contar de junho de 2012. O projeto está envolvendo todos os empregados na melhoria dos processos com a finalidade de melhoria da eficiência na Companhia.

(iv) Revisão Tarifária – Terceiro Ciclo

Cabe a ANEEL estabelecer tarifas que assegurem ao consumidor o pagamento de um valor justo, como também garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária de distribuição, para que ela possa exercer um serviço com qualidade, confiabilidade e continuidade.

Em 26 de agosto de 2012 após a Audiência Pública nº 42/2012, realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e análise das contribuições de vários seguimentos da sociedade, a Superintendência de Regulação Econômica – SRE, calculou para a CEB Distribuição S.A. o reposicionamento tarifário de 1,81%. A esse reposicionamento foram adicionados os componentes financeiros, que correspondem a 0,97%. Finalmente, foram subtraídos os componentes financeiros incluídos no reajuste tarifário anterior, correspondentes a -1,24% da receita. Essas movimentações tarifárias combinadas resultaram no efeito médio de 1,54%, a ser percebido pelos consumidores.

Para a obtenção desses índices são considerados os cálculos da Receita Verificada, Parcela A, Parcela B, Outras Receitas, Componentes Financeiros e Fator X, obtendo-se, desta forma a Receita Requerida. Os cálculos em comento encontram-se detalhados na Nota Técnica nº291/2012-SRE/ANEEL, de 16 de agosto de 2012.

A ANEEL aprovou a tarifa da CEB Distribuição de forma temporária, em razão de inconsistências encontradas entre os dados físicos e contábeis. O prazo concedido para que a Companhia efetue as devidas adequações é de 1 (um) ano.

(v) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6

Conforme noticiado pelo Governo essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

(i) eliminação dos encargos setoriais RGE e CCC e redução da CDE, que contribuirão para a redução das tarifas finais em 7% e;

(ii) definição de condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

As distribuidoras no Brasil terão a partir de 1º de janeiro de 2013 suas tarifas reduzidas pela eliminação/redução de encargos setoriais e a partir de Fevereiro de 2013 passarão por uma revisão tarifaria extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados, conforme previsto na referida MP 579.

A redução da tarifa em função da MP 579 não deverá trazer impactos para a Companhia, tendo em vista que as alterações afetarão o custo de compra de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

A Medida Provisória, complementada pelo Decreto Presidencial, introduziu um cronograma de eventos para que as concessionárias diretamente atingidas possam firmar os novos contratos de concessão até o final do exercício de 2012, no entanto a própria Medida Provisória encontra-se em análise no Congresso Nacional e é passível de alterações. A Administração da Companhia manterá a divulgação nas suas demonstrações financeiras futuras, dos eventuais efeitos que lhe sejam relevantes, na medida em que sejam divulgadas informações adicionais pelos agentes públicos.

Em 5 de outubro de 2012, a 89ª Assembléia Geral Extraordinária (AGE) da CEB Distribuição S.A., a Companhia Energética de Brasília (CEB), representando a totalidade do seu capital social, deliberou, por unanimidade, pela ratificação dos termos constantes da Carta nº 267/2012-DD, de 29 de junho de 2012, subscrita pelo Diretor-Geral da CEB Distribuição e dirigida à Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no que concerne ao pedido de prorrogação do Contrato de Concessão nº 66/1999, de 26 de agosto de 1999, firmado com a União por intermédio da ANEEL, conforme disposto no §2º do Decreto nº 7.805/2012.

Por meio da Carta nº 367/2012-DD, de 05 de outubro de 2012, a CEB Distribuição S.A. apresentou à ANEEL requerimento de Prorrogação da Concessão de Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no Distrito Federal.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão ou no termo aditivo. A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até trinta dias contados da convocação.

- CEB Geração S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7

(i) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação as suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se a mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo valor novo de reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que se espera ser divulgada no início de novembro 2012.

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) eliminação dos encargos setoriais RGE e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e
- (ii) definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A subsidiária integral CEB Geração S.A., possui 2 (duas) concessões de geração de energia, conforme descrito a seguir:

- (i) UTE Brasília, outorgada pela Portaria MME no. 255, e termo final da concessão em 7/7/2015. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a subsidiária integral CEB Geração S.A. protocolou no dia 15 de outubro de 2012, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o pedido de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público relativo à Usina Termelétrica de Brasília, conforme consta na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 e na aprovação na 35ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração S.A.

- (ii) UHE Paranoá, outorgada pelo Decreto no. 65.664, de 29/10/69 e prorrogada pela Portaria MME no. 255, e termo final da concessão em 29/10/2019.

Considerando que a concessão da UHE Paranoá expira apenas em 2019, as regras introduzidas pela MP 579 não se aplicam à essa concessão neste momento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8

A Medida Provisória, complementada pelo Decreto Presidencial, introduziu um cronograma de eventos para que as concessionárias diretamente atingidas possam firmar os novos contratos de concessão até o final do exercício de 2012, no entanto a própria Medida Provisória encontra-se em análise no Congresso Nacional e é passível de alterações. A Administração da Companhia manterá a divulgação nas suas demonstrações financeiras futuras, dos eventuais efeitos que sejam relevantes, na medida em que sejam divulgadas informações adicionais pelos agentes públicos.

- CEB Participações S.A. – CEBPar – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG–CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- CEB Lajeado S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) das ações da controlada.

A CEB Lajeado em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 85,31% do capital social da INVESTCO S.A., sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, Estado de Tocantins.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás**

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

(b) **Controlada em conjunto com outros acionistas**

- Energética Corumbá III S.A. – sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9

detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) Coligada

- Corumbá Concessões S.A. – sociedade por ações, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. O Grupo tem uma participação no capital social da empresa de 39,07%, sendo 36,95% de propriedade da CEB e 2,12% de propriedade da CEBParticipações S.A..

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.

A Concessionária atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- ✓ Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- ✓ Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de efficientização energética.
- ✓ Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- ✓ Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- ✓ Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- ✓ Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- ✓ Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

A Administração entende que o excesso de passivo circulante, no montante de R\$ 38.840 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 45.940 em 31/12/2011), sobre o ativo circulante são administráveis no que diz respeito à sua liquidação, uma vez que, em sua boa parte, são relacionados aos valores dos empréstimos do BNDES e Banco do Brasil - BB e aos dividendos declarados, ambos previstos no cronograma de caixa da Corumbá Concessões, mantendo inclusive, no que diz respeito ao BNDES/BB, o índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD.

- Investco (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Companhia de capital aberto tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). O Grupo detém através de sua Controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 19,99% de ações preferenciais classe B.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10

1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasileira de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Base de Preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2012 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, arquivadas em 31 de março de 2012, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2011.

A autorização para a emissão destas Informações Trimestrais - ITR ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 13.11.2012.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de setembro de 2012, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11

2.2 Consolidação

(a) Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum resultado é reconhecido.

(b) Investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (joint venture) são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com a política contábil adotada pelo Grupo.

(c) Investimentos em coligada

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as receitas e despesas e as variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos, ou obrigação por passivo a descoberto.

(d) Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta (Nota 12 (c)).

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12

(e) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3 Reclassificações nas demonstrações financeiras intermediárias de 30.09.2011

Conforme requerido pelas práticas contábeis brasileiras, discriminamos a seguir as reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras intermediárias de 30.09.2011 para melhor comparabilidade com as demonstrações financeiras intermediárias de 30.09.2012.

Itens	Demonstrações Contábeis	Saldo em 30/09/2011	Rubrica reclassificada	
			De	Para
Provisão de Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	DRE	(10.728)	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas Operacionais
Provisão de Benefícios Pós Emprego	DRE	(20.262)	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas Operacionais
Reversão de Provisão de Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	DRE	21.681	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Receitas Operacionais
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	DRE	14.862	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Receitas Operacionais
Reversão de Provisão de Pessoal Cedido	DRE	200	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Receitas Operacionais
Multas ANEEL	DRE/DVA	(15.248)	Despesas Financeiras	Outras Despesas Operacionais
Compensações por Descontinuidade de Energia	DRE/DVA	(3.853)	Despesas Financeiras	Outras Despesas Operacionais
Variação Cambial sobre Faturas de Energia	DRE/DVA	1.002	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras
Multas ANEEL	DVA	(15.248)	Despesas Financeiras	Insumos Adquiridos de Terceiros - Outras
Compensações por Descontinuidade de Energia	DVA	(3.853)	Despesas Financeiras	Insumos Adquiridos de Terceiros - Outras
Pagamento de Fornecedores de Serviços	DFC	15.026	Atividade Operacional	Atividade de Investimento

a) Demonstração de Resultados

Foram reclassificados os valores das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, da provisão para benefícios pós emprego e os respectivos valores de reversão destas provisões, que foram demonstrados na rubrica de despesas gerais e administrativas no período de janeiro a setembro de 2011, e que para fins de comparabilidade e uma apresentação mais adequada estão reapresentados na rubrica de outras receitas e despesas operacionais.

As multas aplicadas pela ANEEL e as compensações por descontinuidade de energia também foram reclassificados. estes valores estavam apresentados na rubrica de despesas financeiras no período de janeiro a setembro de 2011 e para uma melhor apresentação foram reapresentados na rubrica de outras receitas e despesas operacionais.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13

O ganho de variação cambial sobre faturas de energia, que estava registrado como receita financeira foi reclassificado para perda de mesma origem que estava registrado como despesas financeiras, já que o valor desta perda era maior que o valor do ganho.

b) Demonstração do Valor Adicionado

As multas aplicadas pela ANEEL e as compensações por descontinuidade de energia que foram apresentados como despesas financeiras no período de janeiro a setembro de 2011, estão reapresentados na rubrica de insumos adquiridos de terceiros – outros.

O ganho de variação cambial sobre faturas de energia, que estava registrado como receita financeira foi reclassificado para perda de mesma origem que estava registrado como despesas financeiras, já que o valor desta perda era maior que o valor do ganho.

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Foram reclassificados os saldos dos pagamentos realizados aos fornecedores de expansão (investimento), que estavam alocados na atividade operacional e que deveriam ter sido classificados como atividade de investimento.

3 GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações do Grupo não correm riscos adicionais.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14

(a) Risco de Crédito

- CEB Distribuição – A CEB-D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A Distribuidora possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

- Controladas e Coligada e Controlada em conjunto– São empresas que possuem como principal cliente a CEB-D. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negatização de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB-D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Conforme descrito na Nota Explicativa no. 1, a CEB-D vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	152.071	132.302	19.769			
Obrigações Tributárias	238.698	141.428		97.270		
Encargos Regulatórios	216.513		133.117	83.396		
Empréstimos e Financiamentos	430.596	49.641	57.197	102.529	176.737	44.492
Obrigações Societárias	4.386	4.386				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.505	14.252	14.253			
Benefícios Pós Emprego	233.091	25.916	25.916	103.664	77.595	
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	50.499			50.499		
Demais Obrigações	86.213	34.213	52.000			
Total	1.440.572	402.138	302.252	437.358	254.332	44.492

(c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 5 e 18, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações do CDI e TJLP. A taxa estimada de CDI em 31 de dezembro de 2012, da ordem de 9% a.a. de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central. No caso, a TJLP atribuiu-se a taxa de 6% a.a.

Com o cenário apresentado para a CEB – D e a controladas em conjunto Energética Corumbá III, elaborou-se uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta nas taxas de CDI e TJLP em relação a 31 de dezembro de 2011, considerando os cenários possível e remoto, respectivamente. A análise para os demais itens patrimoniais não são relevantes.

Nesses cenários, possível e remoto, as taxas do CDI e TJLP em 31 de dezembro de 2012 seriam de 11,25% e 13,50%, respectivamente. Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Em 30 de setembro de 2012, através de novas projeções de taxas de juros (boletim Focus) foi realizado novo cálculo para as posições em aberto de empréstimos e financiamentos na data das Informações Intermediárias. O impacto estimado da variação nas taxas de juros no resultado consolidado após as novas projeções para os próximos 12 meses seriam os seguintes:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		7,90%	9,88%	11,85%
Efeito da Variação do CDI	222.516	240.094 (17.579)	244.488 (21.973)	248.883 (26.368)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		9,00%	11,25%	13,50%
Efeito da Variação do CDI	227.634	248.121 (20.487)	253.243 (25.609)	258.365 (30.731)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,50%	6,88%	8,25%
Efeito da Variação da TJLP	139.835	147.526 (7.691)	149.449 (9.614)	151.371 (11.536)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		6,00%	7,50%	9,00%
Efeito da Variação da TJLP	131.946	139.863 (7.917)	146.790 (14.844)	149.759 (17.813)

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,84%	6,05%	7,26%
Efeito da Variação do IGPM	70.825	74.253 (3.428)	75.110 (4.285)	75.967 (5.142)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,92%	6,15%	7,38%
Efeito da Variação do IGPM	64.552	67.728 (3.176)	68.522 (3.970)	69.316 (4.764)

Impactos no Resultado	30/09/2012	31/12/2011
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	4.394	5.122
TJLP	1.923	6.927
IGPM	857	1.887
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	8.789	10.244
TJLP	3.845	9.896
IGPM	1.714	1.588

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a controlada CEB-D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A CEB-D desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou que o valor de um dólar americano em 31 de dezembro de 2012 será de R\$ 1,79 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro. Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado no exercício de 2012, foram considerados os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2011. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de dezembro de 2011.

Consideraram-se cenários possíveis e remotos a taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012, da ordem de R\$ 2,2375 e R\$ 2,6850, respectivamente:

Em 30 de setembro de 2012, através de novas projeções de taxas de câmbio (boletim Focus) foi realizado novo cálculo para as posições de dívida vinculadas a variação do câmbio em aberto na data das Informações Intermediárias. O impacto estimado no resultado consolidado para os próximos 12 meses seriam os seguintes:

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,0363	2,0800	2,6000	3,1200
	22.436	22.917	28.647	34.376
Efeito da Variação do Dólar		(481)	(6.211)	(11.940)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	1,8758	1,79	2,2375	2,685
	20.691	19.745	24.681	29.617
Efeito da Variação do Dólar		946	(3.990)	(8.926)
Impactos no Resultado			30/09/2012	31/12/2011
Cenário Possível - Cenário Provável				
Dólar			5.730	4.936
Cenário Remoto - Cenário Provável				
Dólar			11.459	9.872

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	30/09/2012	31/12/2011
Total dos empréstimos (Nota 18)	430.596	425.483
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(76.394)	(66.748)
Dívida líquida	354.202	358.735
Total do patrimônio líquido	553.106	518.315
Total do capital	907.308	877.050
Índice de alavancagem financeira - %	39,0	40,9

3.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Avaliação	30/09/2012			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	7.082	7.082	38.028	38.028
Aplicações Financeiras					
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			11.309	11.309
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	32	32	38.366	38.366
Contas a Receber	Custo Amortizado	24.393	24.393	419.555	419.555
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.185	1.185
Ativo Financeiro Indenizável	Custo Amortizado			493.068	493.068
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	3.599	3.599	152.071	152.071
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	13.830	13.830	430.596	430.596
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			216.513	216.513

	Avaliação	31/12/2011			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	3.381	3.381	44.134	44.134
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.371	10.371
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	86	86	22.614	22.614
Contas a Receber	Custo Amortizado	27.480	27.480	423.737	423.737
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.202	1.202
Ativo Financeiro Indenizável	Custo Amortizado			374.965	374.965
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	7.795	7.795	155.447	155.447
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	1.355	1.355	425.483	425.483
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			214.449	214.449

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20

considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“nonperformance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	Controladora			
	30/09/2012		31/12/2011	
	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras
Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	32	7.082	86	3.381

	Consolidado			
	30/09/2012		31/12/2011	
	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras
Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	38.366	38.028	22.614	44.134

4 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos conta Movimento	32	86	38.366	22.614
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	7.082	3.381	38.028	44.134
Total	7.114	3.467	76.394	66.748

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21

As aplicações financeiras classificadas no circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

5 CONTAS A RECEBER

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			412.097	419.191
Títulos de Créditos a Receber			37.282	56.196
Serviços Prestados a Terceiros	24.393	27.480	29.675	43.542
Total a Receber Bruto	24.393	27.480	479.054	518.929
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa			(59.499)	(95.192)
Total a Receber Líquido	24.393	27.480	419.555	423.737
Circulante	24.393	27.480	325.414	306.169
Não Circulante			94.141	117.568

(b) Valores a receber por idade de vencimento (consolidado)

Classes de Consumidor	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/09/2012	Total 31/12/2011
Residencial	31.050	28.525	30.631	90.206	88.328
Comércio, Serviços e Outros	20.145	14.719	27.226	62.089	79.937
Poder Público	9.096	2.197	71.860	83.154	72.538
Iluminação Pública	6.425		26.073	32.498	52.965
Industrial	2.870	3.119	2.941	8.930	9.585
Serviço Público	5.935	13	1.245	7.193	7.645
Rural	1.543	1.582	4.634	7.759	7.324
Subtotal Consumidores	77.064	50.155	164.610	291.829	318.322
Fornecimento Não Faturado				93.048	89.328
Acréscimo Moratório Conta de Energia				43.166	47.378
Serviços Prestados a Terceiros				24.393	27.480
Acordo Parcelamento GDF - CAESB				16.885	20.478
Parcelamentos a Faturar CP e LP				4.297	8.365
Concessionárias e Permissionárias	4.115	839	1.902	6.856	6.879
Serviço Taxado	482	408	542	1.432	1.563
Outros				2.725	764
Arrecadação a Classificar				(5.577)	(1.628)
TOTAL	81.661	51.402	167.054	479.054	518.929
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(59.499)	(95.192)
Contas a receber líquido	81.661	51.402	167.054	419.555	423.737

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (consolidado)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22

da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	30/09/2012	31/12/2011
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	58.946	59.380
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	26.010	41.522
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	24.503	48.786
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	23.987	33.757
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	3.522	4.819
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	2.593	2.727
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias	2.351	2.327
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias	1.238	1.232
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(83.651)	(99.358)
Total	59.499	95.192

Os valores acima representam a provisão para créditos de liquidação duvidosa do consolidado em função de não haver provisão para a controladora. A movimentação está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	95.192
Adições	9.526
Baixas	(5.143)
Reversão PDD BrTelecom	(15.814)
Reversão Lei No. 9.430	(24.262)
Saldo em 30 de setembro de 2012	59.499

Do total das reversões no período de nove meses R\$ 15.814 mil referem-se ao Acordo entre a CEB D e a Brasil Telecom firmado em março de 2012, conforme Nota 5(f). Compõe também o valor das reversões o montante de R\$ 24.262 mil, que refere-se à baixa dos títulos considerados incobráveis para perda, conforme Nota 5(g). O restante corresponde às baixas normais do período decorrentes do recebimento de consumidores que estavam provisionados.

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias, compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo. Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o acionista controlador:

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias	30/09/2012	31/12/2011
Secretarias de Governo	53.594	52.870
Administrações Regionais	28.948	44.912
Empresas do GDF	979	979

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias	30/09/2012	31/12/2011
Outras	130	597
Total	83.651	99.358

Em 20 de abril de 2012, a Companhia recebeu do Governo do Distrito Federal o montante de R\$ 20.958 mil, correspondente aos títulos do período de setembro a dezembro de 2010, das faturas de Iluminação Pública.

(e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal

Em agosto de 2011, a CEB-D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB relativa encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor do débito reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 30 de setembro de 2012:

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data Acordo	28.237
Amortização	(8.236)
Ajuste a Valor Presente	(3.116)
Valor parcelamento em 30/09/2012	16.885
Circulante	10.846
Não Circulante	6.039

O Acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

(f) Acordo realizado com a Brasil Telecom “Oi”

Em março de 2012, a Companhia celebrou um Acordo com a Brasil Telecom S/A., correspondente a débitos que estavam ajuizados desde 2003, relativo à utilização pela Brasil Telecom do sistema de distribuição de Energia Elétrica para fixação de equipamentos e cabos de telecomunicações. As empresas divergiam quanto ao valor devido como remuneração pelo uso da infraestrutura da CEB D e em razão disso, os termos do contrato de compartilhamento estavam sendo discutidos no âmbito judicial.

A CEB D também tinha um passivo com a Brasil Telecom S/A., relativo à prestação de serviços de locação de ambiente de informática do Cyber Data Center.

As empresas decidiram por encerrar os processos firmaram o Acordo com o acerto de contas entre elas. A seguir, o montante negociado e o efeito no resultado com esse Acordo:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24

Saldo dos Títulos até 28/02/12	26.338
Passivo contabilizado	6.169
Valor líquido - encontro de contas	20.169
Valor recebido (depósito judicial já liberado)	(4.316)
Valor líquido a receber	15.853
Valor a receber em 26/04/2012	6.178
Valor a receber depósito judicial	3.720
Total a ser recebido	9.898
Perda total no Acordo	5.955

Do total dos débitos de R\$ 26.338 mil, R\$ 21.769 mil estavam provisionados até 28 de fevereiro de 2012, os quais foram estornados e registrada a perda efetiva na operação no valor de R\$ 5.955 mil. Em consequência deste acordo, em 31 de março de 2012 foi registrado um efeito líquido positivo no resultado de R\$ 15.814 mil.

(g) Perda dedutível

No primeiro semestre de 2012, a CEB D realizou o lançamento de baixa de títulos no montante de R\$ 24.262 mil para perdas dedutíveis, conforme regras estabelecidas na Lei 9.430/96 § 1º inciso II alínea “a”.

6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

(a) Resumo dos Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	6.352	5.243	29.172	22.718
Outros Tributos e Contribuições Compensáveis	776	566	18.380	17.479
Total	7.128	5.809	47.552	40.197
Circulante	7.128	5.809	38.656	24.242
Não Circulante			8.896	15.955

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.837	2.040	17.813	13.068
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	838	573	8.417	6.972
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.677	2.630	2.942	2.678
Total	6.352	5.243	29.172	22.718
Circulante	6.352	5.243	29.172	16.176
Não Circulante				6.542

(c) Outros Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS			16.311	16.102
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	64		1.228	134

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Programa de Integração Social - PIS	168	4	168	10
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS		18		42
Outros			129	647
Total	776	566	18.380	17.479
Circulante	776	566	9.484	8.066
Não Circulante			8.896	9.413

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar n° 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

7 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Alienação de Bens (a)				38.955
Serviços em Curso (b)			17.904	5.358
Dividendo/JSCP s a Receber		10.663	7.137	13
Desativações em Curso (c)			6.222	8.161
Despesas Pagas Antecipadamente		5	6.075	5.679
Crédito com Empregados	20		4.277	651
Previdência Privada dos Empregados			3.563	2.928
Títulos de Crédito a Receber (d)			1.185	1.202
Coligadas e Controladas	153	66		
Outros Créditos	818	817	3.135	5.039
Total	991	11.551	49.498	67.986
Circulante	838	11.485	47.853	51.017
Não Circulante	153	66	1.645	16.969

- a) Em 2011, a CEB Distribuição efetuou a venda de 4 (quatro) terrenos de sua propriedade mediante licitação. Um dos terrenos, o de valor mais relevante, foi vendido de forma parcelada em 24 prestações mensais, corrigidas pela variação do índice IGP-M e remuneradas a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês. O custo contábil dos imóveis vendidos soma R\$ 1.895 mil, os valores de venda somam R\$ 57.524 mil, obtendo um ganho na alienação de R\$ 56.029 mil. O saldo a receber foi integralmente liquidado em maio de 2012.

Em fevereiro de 2012 a CEB Distribuição efetuou a venda de mais 1 (um) terreno de sua propriedade mediante licitação. O terreno foi vendido de forma parcelada, com uma entrada de R\$ 3.859 mil e o restante em 3 prestações mensais, corrigidas pela variação do índice IGP-M e remuneradas a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês. O custo contábil do imóvel vendido era de R\$ 1 mil, o valor de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26

venda soma R\$ 12.864 mil, obtendo um ganho na alienação de R\$ 12.863 mil, registrado na rubrica “Outras Receitas Operacionais”.

- b) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- c) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço, cujo valor dos itens, quando desativados, são classificados pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.
- d) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis classes “A” e “B” emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Vencimento	Consolidado	
		30/09/2012	31/12/2011
Aplicações Financeiras (a)	2019	9.610	8.758
Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos (b)	2023	1.699	1.613
Total		11.309	10.371
Não Circulante		11.309	10.371

- a) A Controlada CEB Participações participa com 4,7% do Fundo de Investimento em Participação – FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:
 - O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM no 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;
 - Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;
 - O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
 - Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do fundo; e
 - Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforme cláusula contratual.

A Companhia tem interesse em manter o investimento até o seu resgate, que ocorrerá em 2019, e possui capacidade financeira para manter este instrumento financeiro até o vencimento. De acordo com o regulamento do FIP, a responsabilidade da Companhia está limitada as suas cotas.

- b) Refere-se à aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27

9 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da CEB Distribuição S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

10 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	Controladora		Consolidado	
			30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m ²			274.400	274.400
Terreno	Diversas Localidades		2.850	2.850	3.669	3.669
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²			896	896
Total			2.850	2.850	278.965	278.965

Tais ativos encontram-se registrados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

- a) Em 2009, o controlador aumentou o capital da Companhia por meio de um terreno avaliado pelo seu valor justo na data do referido aumento de capital a fim de atender o “Compromisso de Subscrição de Ações” constante da Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. A ANEEL, por meio do Ofício 1.358/2009 – SFF/ANEEL, de 18 de setembro de 2009 ressaltou que a Resolução nº 958/2007 somente teria eficácia após a alienação do imóvel. A Companhia fez duas tentativas de venda do terreno, mediante licitação, em 22 de julho de 2010 e 03 de agosto de 2010 e não houve proponentes, restando deserto os certames. Em 27 de setembro de 2011 a Companhia Energética de Brasília – CEB comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a Companhia por meio de contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa operação poderá envolver a aquisição do terreno sobredito pelo GDF. Entretanto, a possível aquisição dependerá do desfecho final da operação de empréstimo, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 05 de janeiro de 2012 e enquadrada pelo BNDES conforme Ofício no. 297/2012-BNDES CEC, de 17 de abril de 2012. O imóvel continua registrado pelo valor que ingressou na Companhia por meio do mencionado aumento de capital que não supera o valor justo, que foi apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada.

11 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

(a) Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Concessionária - Operador, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela concessionária, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28

- O contrato estabelece padrões de desempenho para a prestação de serviço público, em relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcela A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da concessionária, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da concessionária, abrangendo:

- i. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- ii. Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da concessionária é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Considerando que essa alteração implicou, em média, em um alongamento da vida útil dos referidos bens, houve uma diminuição da amortização do ativo intangível e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 24.344 da rubrica de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) até o terceiro trimestre de 2012 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	374.965
Adições	96.433
Baixas	(2.674)
Reclassificação Resolução ANEEL nº 474/12	24.344
Saldos em 30 de setembro de 2012	493.068

12 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Avaliados por Equivalência Patrimonial	583.137	558.987	311.432	298.258
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (*)	143.231	28.732	3.232	3.232
Outros	1.752	1.748	1.752	9.718
Total	728.120	589.467	316.416	311.208

(*) A companhia realizou aportes de capital na Controlada CEB-D no montante de R\$ 140.000 (R\$ 25.500 em 31/12/2011), com objetivo de atender ao compromisso de subscrição de ações conforme Resolução Autorizativa nº 318 de 14/06/2005 e que foi alterada pelas Resoluções Autorizativas nºs 958 de 12/06/2007 e 3.254/11 da ANEEL.

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladora						30/09/2012	31/12/2011
Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil
CEB Distribuição S.A	350.432	262.398	100,00	100,00	350.532.450	262.398	257.306
CEB Geração S.A	7.575	14.591	100,00	100,00	7.575.212	14.591	12.673
CEB Participações S.A	41.271	46.928	100,00	100,00	41.270.415	46.928	44.061
CEB Lajeado S.A	145.656	360.567	59,93	59,93	82.013.911	127.466	115.584
Companhia Brasiliense de Gás S.A	4.271	2.133	17,00	51,00	30.600	363	414
Corumbá Concessões S.A	375.463	215.598	36,95	9,30	256.009.911	79.658	81.164
Energética Corumbá III S.A	121.586	137.956	37,50	25,00	45.594.783	51.733	47.785
Total						583.137	558.987

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30

Consolidado						30/09/2012	31/12/2011
Investidas	Capital Social Integralizados	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil
Corumbá Concessões S.A	375.463	213.103	36,95	9,3	256.009.911	84.228	81.164
Investco S.A	804.459	1.114.881	16,98	20	133.563.595	227.204	217.094
Total						311.432	298.258

Investidas	30/09/2012			31/12/2011		30/09/2011
	Ativos	Passivos	Receitas	Ativos	Passivos	Receitas
CEB Distribuição S.A	1.565.793	1.303.395	1.093.927	1.514.027	1.256.721	968.508
CEB Geração S.A	15.753	1.162	10.798	13.985	1.313	9.125
CEB Participações S.A	50.058	3.129	10.276	46.743	2.680	9.488
CEB Lajeado S.A	450.780	90.213	82.668	382.149	40.868	71.644
Companhia Brasiliense de Gás S.A	2.657	524	3.856	2.793	360	4.726
Corumbá Concessões S.A	692.285	476.687	104.410	689.519	469.844	90.637
Energética Corumbá III S.A	227.326	89.370	23.418	225.952	96.945	21.619

- Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora							
	Períodos de três meses findos em				Períodos de nove meses findos em			
	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2011
CEB Distribuição S.A	(4.715)	(4.715)	26.951	26.951	5.092	5.092	12.028	12.028
CEB Geração S.A	1.729	1.729	1.594	1.594	5.201	5.201	5.356	5.356
CEB Participações S.A	2.175	2.175	1.865	1.865	2.866	2.866	6.481	6.481
CEB Lajeado S.A	7.591	4.245	8.193	4.581	30.036	16.797	21.664	12.115
Companhia Brasiliense de Gás S.A	(103)	(17)	(13)	(2)	(300)	(51)	(225)	(38)
Corumbá Concessões S.A	3.834	1.418	1.271	470	(4.076)	(1.506)	(7.474)	(2.762)
Energética Corumbá III S.A	2.938	1.101	2.239	842	9.538	3.577	5.237	1.965
Total	13.449	5.936	42.100	36.301	48.357	31.976	43.067	35.145

- Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora					
	31/12/2011	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Resultado de Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	Outros	30/09/2012
CEB Distribuição S.A	257.306		5.092			262.398
CEB Geração S.A	12.673	(3.283)	5.201			14.591
CEB Participações S.A	44.061		2.866			46.928
CEB Lajeado S.A	115.584	(4.914)	16.797			127.466
Companhia Brasiliense de Gás S.A	414		(51)			363
Corumbá Concessões S.A	81.164		(1.506)			79.658
Energética Corumbá III S.A	47.785		3.577	401	(30)	51.733
Total	558.987	(8.197)	31.976	401	(30)	583.137

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31

Consolidado

Investidas	31/12/2011	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Transferência do Método de Custo para MEP	Equivalência Patrimonial	30/09/2012
Corumbá Concessões S.A	81.164		7.969	(4.905)	84.228
Investco S.A	217.094	(4.410)		14.520	227.204
Total	298.258	(4.410)	7.969	9.615	311.432

(c) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

O Grupo controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Contas Patrimoniais	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	6.554	4.313
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.732	3.732
Outros Créditos	8	84
Fundos Vinculados	4.532	4.303
Imobilizado	212.195	211.244
Intangível	305	294
Total de Ativos	227.326	223.970
Fornecedores	543	146
Tributos e Contribuições Sociais	376	402
Folha de Pagamento	5	5
Empréstimos e Financiamentos	78.626	83.825
Outras Obrigações	711	2.563
Dívidas com pessoas ligadas	9.109	9.603
Patrimônio Líquido	137.956	127.426
Total Passivo + Patrimônio Líquido	227.326	223.970
Contas de Resultado	30/09/2012	30/06/2011
Receita Operacional Líquida	23.940	14.354
Custo com Energia	(983)	(997)
Custos de Operação	(6.479)	(3.884)
Despesas Operacionais	(1.231)	(2.315)
Despesas Financeiras, Líquidas	(4.878)	(3.707)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(831)	(454)
Lucro Líquido do Exercício	9.538	2.997

(d) Operações controladas em conjunto

O Grupo, por meio da controlada CEB Participações S.A., possui operações em conjunto com outros acionistas relativas ao Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são contabilizados na proporção de sua participação no consórcio. A seguir, os saldos correspondentes ao consórcio:

Contas Patrimoniais	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	239	1.212
Outros Créditos	4.558	5.886
Imobilizado/Intangível	126.050	129.058
Total de Ativos	130.847	136.156
Fornecedores	5.330	6.257

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32

Contas Patrimoniais	30/09/2012	31/12/2011
Tributos e Contribuições Sociais	67	468
Outras Obrigações	7.474	8.799
Patrimônio Líquido	117.976	120.632
Total Passivo + Patrimônio Líquido	130.847	136.156

(e) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre o Lucro ou Prejuízo das Coligadas apurado no período. Este valor não é eliminado nas demonstrações consolidadas do grupo.

13 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31/12/2011	20.967	58.156	20.521	62.978	7.413	5.126	142	69.470	244.773
Adições				560	4.720	900		45.857	52.037
Baixas			(20)	(848)		(1)		(51.291)	(52.160)
Transferências	1.506	285	1.098	45	(2)			(1.901)	1.031
Saldo em 30/09/2012	22.473	58.441	21.599	62.736	12.131	6.025	142	62.135	245.682
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31/12/2011		(4.735)	(8.008)	(29.227)	(7.126)	(2.456)	(108)		(51.660)
Depreciação		(894)	(543)	(1.726)	(510)	(396)	(3)		(4.072)
Baixas			6	176	2	24			208
Transferências			(1.098)						(1.098)
Saldo em 30/09/2012		(5.629)	(9.643)	(30.777)	(7.634)	(2.828)	(111)		(56.622)
Imobilizado Líquido – 30/09/2012	22.473	52.812	11.956	31.959	4.497	3.197	31	62.135	189.060
Imobilizado Líquido – 31/12/2011	20.967	53.421	12.513	33.752	287	2.670	34	69.470	193.114
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

(b) Custo atribuído (Deemed Cost)

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33

adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foi:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 01 de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 30 de setembro de 2012, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

14 INTANGÍVEL

	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
<i>Custo do Intangível</i>						
Saldo em 31/12/2011	241.861	127.452	50.342	2.881	158.946	581.482
Adições	16.515	122.066	4	350		138.935
Baixas	(27.654)*	(121.333)		(351)		(149.338)
Obrigações Especiais	3.736	(18.063)				(14.327)
Saldo em 30/09/2012	234.458	110.122	50.346	2.880	158.946	556.752
<i>Amortização Acumulada</i>						
Saldo em 31/12/2011	(119.398)		(38.376)		(35.321)	(193.095)
Amortizações	(27.766)		(2.172)		(4.415)	(34.353)
Baixas						
Saldo em 30/09/2012	(147.164)		(40.548)		(39.736)	(227.448)
Intangível Líquido - 30/09/2012	87.294	110.122	9.798	2.880	119.210	329.304
Intangível Líquido - 31/12/2011	122.463	127.452	11.966	2.881	123.625	388.387

* Inclui a reclassificação no montante de R\$ 24.344 para o Ativo Financeiro Indenizável, após os ajustes decorrentes da aplicação das novas taxas de depreciação dos ativos da concessão, conforme dispõe a Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (Nota Explicativa nº 11).

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Direito de Exploração de Concessão - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que gerou decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Suprimento de Energia Elétrica			91.734	84.210
Materiais e Serviços	3.599	7.795	44.921	56.016
Encargos de Uso de Rede Elétrica			14.986	14.936
Fornecedores de Gás			430	272
Compra de Energia Elétrica				13
Total	3.599	7.795	152.071	155.447
Circulante	3.599	7.795	152.071	155.447

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	98.134	97.663	125.447	115.818
Outros Tributos (c)	950	1.511	113.251	116.313
Total	99.084	99.174	238.698	232.131
Circulante	1.507	1.597	139.033	121.542
Não Circulante	97.577	97.577	99.665	110.589

(b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	72.152	71.522	92.092	84.879
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.982	26.141	33.355	30.939
Total	98.134	97.663	125.447	115.818
Circulante	864	393	26.294	5.710
Não Circulante	97.270	97.270	99.153	110.108

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Período de três meses findos em:							
	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	7.405	35.600	7.405	35.600	18.812	62.649	18.812	62.649
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(4.476)	(3.969)	(4.476)	(3.969)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(5.525)	(4.820)	(5.525)	(4.820)
Total do Resultado Tributável	7.405	35.600	7.405	35.600	8.811	53.860	8.811	53.860
Ajuste RTT					(7.394)	1.529	(7.394)	1.529
Equivalência Patrimonial	(5.936)	(36.301)	(5.936)	(36.301)				
Adições(exclusões)permanentes					(106.033)	4.366	(106.033)	4.366
Adições(exclusões)temporárias					128.316	(30.092)	128.316	(30.092)
Total	1.469	(701)	1.469	(701)	23.700	29.663	23.700	29.663
(-)Compensação prejuízo fiscal	(441)		(441)		(441)	(7.214)	(441)	(7.214)
Base de cálculo	1.028	(701)	1.028	(701)	23.259	22.449	23.259	22.449
Alíquota aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	252		92		5.774	5.588	2.093	1.990
IRPJ/CSLL - Base Negativa não constituído						182		63
IRPJ - Lucro Presumido					424	356	197	173
Imposto de renda e contribuição social corrente	252		92		6.198	6.126	2.290	2.226
Imposto de renda e contribuição social diferido						9.317		3.361
Ajuste de IRPJ e CSLL dos exercícios de 2011 e 2010			(37)			1.083	(37)	425
Total da despesa de IRPJ e CSLL do período	252		55		6.198	16.526	2.253	6.012

	Período de nove meses findos em:							
	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	35.671	32.456	35.671	32.456	63.693	78.083	63.693	78.083
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(9.614)	(6.829)	(9.614)	(6.829)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(12.992)	(15.114)	(12.992)	(15.114)
Total do Resultado Tributável	35.671	32.456	35.671	32.456	41.087	56.140	41.087	56.140
Ajuste RTT					3.130	(11.563)	3.130	(11.563)
Equivalência Patrimonial	(31.976)	(35.145)	(31.976)	(35.145)				
Adições(exclusões)permanentes	8		8		(25.038)	13.879	(25.038)	13.879
Adições(exclusões)temporárias					57.785	2.948	57.785	2.948
Total	3.703	(2.689)	3.703	(2.689)	76.964	61.404	76.964	61.404
(-)Compensação prejuízo fiscal	(1.111)		(1.111)		(1.648)	(10.646)	(1.648)	(10.646)
Base de cálculo	2.592	(2.689)	2.592	(2.689)	75.316	50.758	75.316	50.758
Alíquota aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	631		232		18.713	12.636	6.778	4.568
IRPJ/CSLL - Base Negativa não constituído						690		242
IRPJ - Lucro Presumido					1.117	1.037	532	499
Imposto de renda e contribuição social corrente	631		232		19.830	14.363	7.310	5.309
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)					(8.263)	9.317	(2.983)	3.361

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36

	Período de nove meses findos em:							
	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Ajuste de IRPJ e CSLL dos exercícios de 2011 e 2010			(37)			1.083	(37)	425
Total da despesa de IRPJ e CSLL do período	631		195		11.567	24.763	4.290	9.095

(*)Aliquota de 15% e 10% adicional.

- a) Refere-se à reversão do passivo fiscal diferido, cuja tributação foi efetuada na base do imposto corrente em decorrência da quitação (recebimento) de parcelas a receber por terrenos alienados.

Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 16 (b)). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S.A., como aporte de capital e está registrado como disponível para alienação. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por ocasião da venda dos terrenos.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	72.900	71.522
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.748	25.748	26.253	25.748
Total	97.270	97.270	99.153	97.270
Não Circulante	97.270	97.270	99.153	97.270

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS		59	100.108	99.450
Contribuição Social para Financ. da Seguridade Social- COFINS	218	302	7.480	7.116
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	240	447	1.612	2.658
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	33	75	800	1.607
Programa de Integração Social – PIS	47	50	1.546	1.538
Outros	412	578	1.705	3.944
Total	950	1.511	113.251	116.313
Circulante	643	1.204	112.739	115.832
Não Circulante	307	307	512	481

17 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Superávit de Baixa Renda (a)	88.918	83.367
Contribuição de Iluminação Pública (b)	49.288	58.015
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (c)	55.925	46.223
Encargos do Consumidor a Recolher	13.815	19.238
Consumidores	8.567	7.606
Total	216.513	214.449
Circulante	111.403	122.412
Não Circulante	105.110	92.037

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Controlada CEB Distribuição já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. A ANEEL deverá estabelecer os procedimentos a serem adotados para o ressarcimento aos consumidores.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

(b) Contribuição de Iluminação Pública - CIP

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública. e
- II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

(c) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB Distribuição, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo a ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38

	30/09/2012	31/12/2011
Programa de Eficiência Energética - PEE	42.041	35.092
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	13.116	10.397
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	517	492
Ministério de Minas e Energia – MME	251	242
Total	55.925	46.223

18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Controladora		Consolidado		Encargos
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	
ELETROBRÁS			70.825	64.552	Tx. De Adm + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)			7.251	8.001	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO)			103.100	92.510	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal S.A			151.932	178.397	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A				50.588	129% do CDI Cetip (durante o período de utilização)
Caixa Econômica Federal S.A(*)			70.583		CDI + spread de 0,28% a.m
Caixa Econômica Federal S.A	70.583				CDI + spread de 0,28% a.m
Caixa Econômica Federal S.A		1.355			100% CDI + juros de 0,32% a.m
BNDES (**)			29.484	31.435	TJLP + 1,72% a.a.
Custo da Transação	(2.579)		(2.579)		
Total	68.004	1.355	430.596	425.483	
Circulante	13.830	1.355	102.244	127.599	
Não Circulante	54.174		328.352	297.884	

(*) Corresponde ao empréstimo captado pela controlada CEB Lajeado S.A. junto à Caixa Econômica Federal S.A e repassado à Companhia. O empréstimo, no valor total de R\$ 85,0 milhões, foi realizado com o objetivo de quitação do compromisso de subscrição de ações na CEB D, conforme mencionado na nota 1.2(ii). Do total desse empréstimo, R\$ 70,0 milhões foi liberado em julho de 2012 e R\$ 15,0 milhões será liberado em novembro de 2012. Os encargos, taxas de juros e demais condições de obtenção do empréstimo foram repassados nas mesmas condições à Companhia.

(**) O contrato possui cláusulas restritivas sobre a não constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao credor. Caso ocorra a situação acima, sem anuência do credor, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.

(a) Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A e CEB Lajeado S.A. O financiamento junto ao BNDES restringe-se a controlada em conjunto Energética Corumbá III tem as seguintes garantias:

- Penhor de Direitos emergentes do Contrato de Concessão para Exploração da Usina, incluindo:
 - i. Direitos supervenientes de crédito decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("CCVE"), e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia;

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39

- ii. As garantias constantes do "CCVE";
 - iii. Direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Companhia;
 - iv. Direito de vender a energia elétrica produzida pelo projeto mencionado na Condição Geral nº 5, hipótese de excussão do penhor mencionado na Condição Geral nº 12.1.1; e
 - v. Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- Penhor das ações de emissão da Companhia.
 - Penhor dos Direitos Creditórios de todas as obrigações decorrentes do Contrato, da totalidade dos direitos creditórios da Companhia, especialmente dos provenientes do CCVE celebrado com a CEB Distribuição S.A., em 12 de novembro de 2002 e seus posteriores Aditivos.

Os montantes das dívidas classificadas no não circulante em 30 de setembro de 2012 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Empréstimos e Financiamentos	Custo da Transação
2013	28.882	
2014	102.566	(457)
2015	86.378	(457)
2016	39.515	(456)
2017	33.100	(456)
2018 em diante	39.737	
Total	330.178	(1.826)

19 BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A Companhia e suas controlada são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

Os montantes registrados no passivo relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

	30/09/2012	31/12/2011
Plano de Assistência	119.410	115.891
Plano de Previdência	95.138	108.446
Programa de Demissão Voluntária	18.543	28.247
Total	233.091	252.584
Circulante	56.419	53.082

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

40

	30/09/2012	31/12/2011
Não Circulante	176.672	199.502

a) Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de setembro de 2012:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2011	105.487	25.418	80.069
Amortização até o trimestre	(22.239)	(22.239)	
Atualização até o trimestre	9.833	2.544	7.289
Transferências para o circulante		23.165	(23.165)
Passivo em 30/09/2012	93.081	28.888	64.193

A composição do passivo está assim contabilizada:

	30/09/2012	31/12/2011
Contrato de dívida	93.081	105.487
Contribuições para o plano	2.057	2.959
Total	95.138	108.446

b) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

41

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2011	28.245	13.803	14.442
Amortização até o trimestre	(9.752)	(9.752)	
Atualização até o trimestre	49	49	
Transferências para o circulante		6.387	(6.387)
Passivo em 30/09/2012	18.542	10.487	8.055

20 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Regulatórias			32.418	30.425
Trabalhistas			4.181	4.002
Fiscais	7.196	7.196	7.196	7.196
Cíveis			6.704	6.322
Total	7.196	7.196	50.499	47.945
Circulante	7.196	7.196	10.831	11.519
Não Circulante			39.668	36.426

(a) Movimentação das Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2011	4.002	6.322	7.196	30.425	47.945
Constituições de Provisão	1.103	1.385			2.488
Reversão de Provisão	(1.107)	(1.202)			(2.309)
Atualização Monetária	183	199		1.993	2.375
Saldo em 30/09/2012	4.181	6.704	7.196	32.418	50.499

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Controlada CEB Distribuição S.A, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

42

(iii) Demandas Regulatórias

A Controlada CEB Distribuição S.A está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP, CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios classificadas como Possíveis

A Controladora e a Controlada CEB Distribuição S.A possuem processos de natureza trabalhista e cível e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos é de R\$ 5.047 mil em 30 de setembro de 2012 (R\$ R\$ 479 mil em 31 de dezembro de 2011).

21 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	52.000	20.000	52.000	20.000
Parcelamento de Multa ANEEL			11.070	19.170
Consignações a Favor de Terceiros	34	6	4.744	3.840
Arrendamento			4.556	3.574
Adiantamentos de Clientes			3.720	
Retenções Contratuais			3.398	3.625
Cauções e Garantia			777	621
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			714	1.126
Retenção de Quotas RGR			724	724
Encargos Ex - Isolados Lei 12.111/09			627	607
Obrigações com Empresas Ligadas	3.954	219		
Outras Obrigações	484		3.883	2.708
Total	56.472	20.225	86.213	55.995

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

43

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante	4.472	225	25.247	25.944
Não Circulante	52.000	20.000	60.966	30.051

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que ainda necessita de aprovação no Acordo de Acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 31/12/2011). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/09/2012	31/12/2011
Ações ordinárias	4.576.432	4.576.432
Ações Preferenciais	4.607.026	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	9.183.458	9.183.458

Valor Patrimonial por Ação	30/09/2012	31/12/2011
Patrimônio Líquido	553.106	518.315
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.994)
Total	541.137	506.321
Quantidade de Ações	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	58,93	55,13

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009, houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivilência patrimonial. Em abril de 2012, foi contabilizado nova perda no valor de R\$ 29 em função dos aportes realizados pelos demais acionistas da Controlada não terem ocorrido na mesma proporção que os realizados pela Companhia. O saldo acumulado desta perda em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 876.

Em 30 de setembro de 2012, a composição do saldo da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" é o seguinte:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

44

	30/09/2012	31/12/2011
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Perda de Capital na Diluição de Percentual	(876)	(840)
Total	187.941	187.970

(c) Resultado do período

O lucro líquido do período findo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 34.845 e está sendo compensado com os prejuízos acumulados da Companhia, conforme demonstrativo abaixo:

	30/09/2012	31/12/2011
Prejuízos Acumulados	(53.305)	(79.495)
Lucro Líquido do Período	34.845	26.190
Saldo de Prejuízos a Compensar	(18.460)	(53.305)

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

- **Reserva legal:** destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.
- **Reserva de Lucros a Realizar:** constituída como uma destinação dos lucros do exercício, tendo por objetivo evitar a distribuição de dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente. A base de constituição da reserva foi o ganho de equivalência patrimonial no exercício de 2009.

(f) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

23 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- **Distribuição e comercialização de energia elétrica:** tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- **Geração de energia:** tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A e Energética Corumbá III S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A.;
- **Comercialização de energia elétrica:** tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.; e
- **Outros:** Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – tem como

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

45

atribuição a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasileira de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total em 30 de setembro de 2012.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 estão apresentadas abaixo:

	Períodos de nove meses findos em											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	387.764	336.571	6.481	5.698	29.672	29.034	14.149	8.012	(31.528)	(30.614)	406.538	348.701
Energia Elétrica comprada para Revenda	(197.800)	(171.084)	(30)	328		(424)			31.251	30.614	(166.579)	(140.566)
Encargos de uso da rede elétrica	(37.076)	(35.663)	(288)	(620)	(3.461)	(3.455)			267		(40.558)	(39.738)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(234.876)	(206.747)	(318)	(292)	(3.461)	(3.879)			31.518	30.614	(207.137)	(180.304)
Pessoal	(37.519)	(36.799)	(360)	(237)	(746)	(621)	(480)	(182)			(39.105)	(37.839)
Entidade de Previdência Privada	(2.183)	(1.386)					(6)				(2.189)	(1.386)
Material	(1.309)	(1.874)	(8)	7	(4)	(6)	(479)	(187)			(1.800)	(2.060)
Serviço de Terceiros	(29.144)	(26.052)	(1.364)	(996)	(898)	(1.061)	(9.082)	(6.369)			(40.488)	(34.478)
Depreciação e Amortização	(9.925)	(14.270)	(470)	(620)	(1.651)	(1.481)	(206)	121			(12.252)	(16.250)
Provisões	(2.191)	(5.690)	(16)	49	(28)			(2.012)			(2.235)	(7.653)
Custo de Construção	(56.274)	(28.738)									(56.274)	(28.738)
Arrendamento					(12.403)	(9.730)					(12.403)	(9.730)
Outras	(7.438)	46.916	(366)	(467)	(1.140)	(1.977)	(1.161)	179	10		(10.095)	44.651
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(145.983)	(67.893)	(2.584)	(2.264)	(16.870)	(14.876)	(11.414)	(8.450)	10		(176.841)	(93.483)
Equivalência Patrimonial					3.060	3.499	5.936	36.301	(4.519)	(35.831)	4.477	3.969
RESULTADO BRUTO	6.905	61.931	3.579	3.142	12.401	13.778	8.671	35.863	(4.519)	(35.831)	27.037	78.883
Receita Financeira	6.504	4.239	220	311	2.245	1.263	37	62	(1.362)		7.644	5.875
Despesa Financeira	(13.726)	(20.848)	(709)	(738)	(1.392)	(186)	(1.405)	(337)	1.362		(15.870)	(22.109)
RESULTADO FINANCEIRO	(7.222)	(16.609)	(489)	(427)	853	1.077	(1.368)	(275)			(8.226)	(16.234)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(317)	45.322	3.090	2.715	13.254	14.855	7.303	35.588	(4.519)	(35.831)	18.811	62.649
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.398)	(5.693)	(262)	(280)	(3.485)	(3.887)	(307)				(8.452)	(9.860)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(12.678)										(12.678)
Lucro Líquido Consolidado do Período	(4.715)	26.951	2.828	2.435	9.769	10.968	6.996	35.588	(4.519)	(35.831)	10.359	40.111
Atribuível ao Acionista Controlador											7.099	35.600
Atribuível aos Acionistas não Controladores											3.260	4.511
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receitas de Operacional Líquida	387.764	336.571	6.481	5.698	29.672	29.034	14.149	8.012			438.066	379.315
Receita entre Segmentos	(276)		(3.030)	(3.048)	(28.222)	(27.566)					(31.528)	(30.614)
Receitas com Clientes Externos	387.488	336.571	3.451	2.650	1.450	1.468	14.149	8.012			406.538	348.701

	Períodos de nove meses findos em											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.093.927	968.508	19.579	17.232	92.944	81.132	40.620	21.121	(93.388)	(84.713)	1.153.682	1.003.280
Energia Elétrica comprada para Revenda	(586.696)	(488.557)	(90)	(266)		(595)			92.534	84.713	(494.252)	(404.705)
Encargos de uso da rede elétrica	(104.171)	(96.651)	(866)	(795)	(10.249)	(9.032)			824		(114.462)	(106.478)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(690.867)	(585.208)	(956)	(1.061)	(10.249)	(9.627)			93.358	84.713	(608.714)	(511.183)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

46

	Períodos de nove meses findos em											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Pessoal	(116.161)	(102.641)	(968)	(699)	(2.253)	(1.252)	(1.154)	(526)			(120.536)	(105.118)
Entidade de Previdência Privada	(5.422)	(3.946)					(8)				(5.430)	(3.946)
Material	(4.052)	(6.057)	(59)		(17)	(21)	(516)	(190)			(4.644)	(6.268)
Serviço de Terceiros	(83.460)	(77.906)	(3.937)	(2.620)	(2.755)	(2.703)	(30.533)	(19.235)			(120.685)	(102.464)
Depreciação e Amortização	(27.624)	(41.986)	(1.407)	(1.447)	(4.954)	(4.442)	(375)	(48)			(34.360)	(47.923)
Provisões	(6.651)	(10.890)	(48)		(137)		(40)				(6.876)	(10.890)
Custo de Construção	(119.716)	(76.400)									(119.716)	(76.400)
Arrendamento					(37.209)	(29.190)					(37.209)	(29.190)
Outras	(4.865)	22.268	(1.227)	(1.911)	(4.723)	(5.603)	(3.712)	(3.125)	30		(14.497)	11.629
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(367.951)	(297.558)	(7.646)	(6.677)	(52.048)	(43.211)	(36.338)	(23.124)	30		(463.953)	(370.570)
Equivalência Patrimonial					11.120	9.590	31.976	35.145	(33.481)	(37.906)	9.615	6.829
RESULTADO BRUTO	35.109	85.742	10.977	9.494	41.767	37.884	36.258	33.142	(33.481)	(37.906)	90.630	128.356
Receita Financeira	22.690	18.804	673	879	4.030	3.923	980	178	(1.371)		27.002	23.784
Despesa Financeira	(49.566)	(69.904)	(2.077)	(2.266)	(1.801)	(798)	(1.866)	(1.089)	1.371		(53.939)	(74.057)
RESULTADO FINANCEIRO	(26.876)	(51.100)	(1.404)	(1.387)	2.229	3.125	(886)	(911)			(26.937)	(50.273)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	8.233	34.642	9.573	8.107	43.996	41.009	35.372	32.231	(33.481)	(37.906)	63.693	78.083
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.387)	(9.936)	(797)	(787)	(11.092)	(10.457)	(827)				(27.103)	(21.180)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.246	(12.678)									11.246	(12.678)
Lucro Líquido Consolidado do Período	5.092	12.028	8.776	7.320	32.904	30.552	34.545	32.231	(33.481)	(37.906)	47.836	44.225
Atribuível ao Acionista Controlador											34.845	32.456
Atribuível aos Acionistas não Controladores											12.991	11.769
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receitas de Operacional Líquida	1.093.927	968.508	19.579	17.232	92.944	81.132	40.620	21.121			1.247.070	1.087.993
Receita entre Segmentos	(855)		(8.982)	(8.497)	(83.552)	(76.216)					(93.389)	(84.713)
Receitas com Clientes Externos	1.093.072	968.508	10.597	8.735	9.392	4.916	40.620	21.121			1.153.681	1.003.280
INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS												
Ativos	1.565.793	1.517.669	101.000	105.826	500.838	427.664	790.174	643.810	(729.256)	(528.845)	2.228.549	2.166.124

24 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Fornecimento de Energia Elétrica			498.988	470.093
Receita de Construção			56.274	28.738
Receita de Prestação de Serviços	14.498	7.231	15.373	8.500
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			10.341	8.670
Suprimento de Energia			7.182	6.369
Arrendamento e Aluguéis			5.195	5.718
Energia de Curto Prazo			4.813	1.384
Receita de Venda de Gás			1.553	2.040
Outras Receitas Operacionais			2.071	1.129
Receita Operacional Bruta	14.498	7.231	601.790	532.641
Impostos	(290)	(156)	(100.173)	(94.792)
Contribuições	(1.281)	(669)	(52.631)	(46.990)
Encargos do Consumidor			(42.448)	(42.158)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

47

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.571)	(825)	(195.252)	(183.940)
Receita Operacional Líquida	12.927	6.406	406.538	348.701

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Fornecimento de Energia Elétrica			1.485.977	1.354.305
Receita de Construção			119.716	76.400
Receita de Prestação de Serviços	41.426	18.488	44.765	22.765
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			28.472	24.150
Suprimento de Energia			21.598	19.182
Energia de Curto Prazo			19.804	10.893
Arrendamento e Aluguéis			15.268	15.216
Receita de Venda de Gás			4.895	6.002
Outras Receitas Operacionais			7.096	5.253
Receita Operacional Bruta	41.426	18.488	1.747.591	1.534.166
Impostos	(829)	(383)	(299.055)	(275.835)
Contribuições	(3.833)	(1.710)	(157.117)	(139.383)
Encargos do Consumidor			(137.737)	(116.577)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(4.662)	(2.093)	(593.909)	(531.795)
Receita Operacional Líquida	36.764	16.395	1.153.682	1.002.371

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de Nove meses findos em	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Energia elétrica comprada para revenda	(152.173)	(139.414)	(444.977)	(399.733)
Encargos de uso da rede elétrica	(40.557)	(39.738)	(114.462)	(106.478)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(14.407)	(1.152)	(49.275)	(4.972)
Total	(207.137)	(180.304)	(608.714)	(511.183)

(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Custo de Construção - concessão			(56.274)	(28.738)
Serviço de Terceiros	(9.018)	(6.369)	(40.149)	(33.990)
Pessoal e Administradores	(432)	(182)	(39.105)	(37.400)
Depreciação e Amortização	(136)	(16)	(12.251)	(16.250)
Arrendamento			(11.782)	(9.730)
Entidade de Previdência Privada			(2.188)	(1.386)
Material	(478)	(187)	(1.800)	(2.060)
(Provisão)/ Reversão para Devedores Duvidosos			(1.469)	(3.370)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(1.083)	(1.005)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

48

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(882)	(782)
Propaganda e Publicidade				(488)
Outras Despesas	(17)	(98)	(5.779)	(8.221)
Total	(10.081)	(6.852)	(172.762)	(143.420)
Classificados como:				
Custo da Operação			(102.759)	(88.365)
Custo dos Serviços Prestados	(7.872)	(3.029)	(8.981)	(3.029)
Despesas com Vendas			(16.417)	(16.544)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.209)	(3.823)	(44.605)	(35.482)

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Pessoal e Administradores	(1.000)	(526)	(120.536)	(104.679)
Serviço de Terceiros	(30.313)	(19.235)	(120.346)	(101.966)
Custo de Construção - concessão			(119.716)	(76.400)
Arrendamento			(37.209)	(29.190)
Depreciação e Amortização	(166)	(48)	(34.360)	(47.923)
Entidade de Previdência Privada			(5.429)	(3.946)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(4.785)	(4.519)
Material	(514)	(190)	(4.644)	(6.268)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(2.507)	(2.165)
Propaganda e Publicidade			(339)	(498)
(Provisão)/ Reversão para Devedores Duvidosos			5.477	(16.643)
Outras Despesas	(120)	(206)	(15.557)	(16.918)
Total	(32.113)	(20.205)	(459.951)	(411.115)
Classificados como:				
Custo da Operação			(264.671)	(247.879)
Custo dos Serviços Prestados	(25.757)	(13.355)	(29.253)	(13.355)
Despesas com Vendas			(37.455)	(58.628)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.356)	(6.850)	(128.572)	(91.253)

(d) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	Períodos de três meses findos em		
	Controladora	Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Outras Receitas Operacionais			
Ganho na Baixa de Bens		90	53.302
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego		6.711	4.931
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios		110	1.307
Outras Receitas		5	189
Total		6.916	59.729
Outras Despesas Operacionais			
Provisão de Benefícios Pós Emprego		(7.730)	(6.754)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios		(1.482)	(1.956)
Compensação por Descontinuidade de Energia		(1.643)	(519)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

49

	Períodos de três meses findos em		
	Controladora	Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Multas ANEEL		(297)	(602)
Outras Despesas	40	157	39
Total	40	(10.995)	(9.792)

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Outras Receitas Operacionais				
Ganho na Baixa de Bens			14.369	53.302
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			19.669	14.861
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios		2.052	2.309	23.732
Outras Receitas			26	200
Total		2.052	36.373	92.095
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(23.190)	(20.262)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios			(4.863)	(10.728)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(9.178)	(3.853)
Multas ANEEL			(2.342)	(15.248)
Outras Despesas	(40)	(40)	(801)	(550)
Total	(40)	(40)	(40.374)	(50.641)

(e) Resultado Financeiro

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas Financeiras				
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			3.232	2.192
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos			2.435	760
Rendimentos de Aplicações Financeiras	127	38	1.423	(1.215)
Multas e Penalidades Aplicadas			674	553
Receita de Dividendos	12		12	
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				(931)
Outas Receitas Financeiras	(109)	4	(132)	4.516
Total	30	42	7.644	5.875
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	(1.313)	(217)	(9.266)	(11.038)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos			(4.541)	(5.400)
Atualização de Benefício pós-emprego			(2.375)	(1.631)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			812	(3.340)
Outras Despesas Financeiras	(93)	(120)	(500)	(700)
Total	(1.406)	(337)	(15.870)	(22.109)
Resultado Financeiro	(1.376)	(295)	(8.226)	(16.234)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

50

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos			11.369	4.866
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			9.204	5.452
Rendimentos de Aplicações Financeiras	258	119	3.609	1.799
Multas e Penalidades Aplicadas			1.828	2.051
Receita de Dividendos	694		949	
Outas Receitas Financeiras		39	43	9.616
Total	952	158	27.002	23.784
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	(1.322)	(939)	(29.053)	(40.439)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(236)		(15.575)	(20.776)
Atualização de Benefício pós-emprego			(5.911)	(6.119)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(928)	(3.340)
Outras Despesas Financeiras	(309)	(150)	(2.472)	(3.383)
Total	(1.867)	(1.089)	(53.939)	(74.057)
Resultado Financeiro	(915)	(931)	(26.937)	(50.273)

25 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir, são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	7.099	35.600	34.845	32.456
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	3.538	17.740	17.364	16.173
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	3.561	17.860	17.481	16.283
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas	4.576	4.576	4.576	4.576

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

51

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Ações ordinárias – diluídas	4.576	4.576	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas	4.607	4.607	4.607	4.607
Ações preferenciais – diluídas	4.607	4.607	4.607	4.607
Lucro por ação:				
Ações ordinárias – básicas	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344
Ações ordinárias – diluídas	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344
Ações preferenciais - básicas	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344
Ações preferenciais - diluídas	0,7731	3,8767	3,7945	3,5344

26 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Remuneração	121	115	493	956
Demais Benefícios de Curto Prazo	92	41	213	28
Total	213	156	706	984

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Remuneração	361	307	1.572	1.871
Demais Benefícios de Curto Prazo	216	108	589	421
Total	577	415	2.161	2.292

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

52

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Controlada		Consolidado	
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Ativo		24.546	38.196	106.001	172.369
Contas a Receber		24.393	27.480	97.571	172.233
Corumbá Concessões S/A	a			270	291
Governo do Distrito Federal	b	24.393	27.480	97.301	171.942
Demais Ativos		153	10.716	8.430	136
Dividendos/JSCP	c		10.650	7.185	
CEB Geração S/A			277		
CEB Lajeado S/A			9.583		
Energética Corumbá III S/A			790		
Investco S/A				7.185	
Outras Operações		153	66	1.245	136
CEB Distribuição S/A	d	153	66		
Governo do Distrito Federal	e			1.245	136
Passivo		73.712	2.107	71.537	75.684
Fornecedores				67.166	71.313
Corumbá Concessões S/A	f			13.507	13.299
Governo do Distrito Federal	g			53.659	58.014
Dividendos				4.371	4.371
Governo do Distrito Federal	h			4.371	4.371
Empréstimos		69.214	1.355		
CEB Lajeado S/A		69.214	1.355		
Demais Obrigações		4.498	752		
CEB Distribuição S/A	i	544	544		
CEB Distribuição S/A	j	3.954	208		

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Períodos de três meses findos em			
		Controlada		Consolidado	
		30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas		14.498	7.231	15.343	7.231
Receita de Comerc. de Energia				845	
Corumbá Concessões S/A	k			845	
Receita de Prestação de Serviços		14.498	7.231	14.498	7.231
Governo do Distrito Federal	l	14.498	7.231	14.498	7.231
Despesas		1.323	39	30.807	29.841
Energia Comprada para Revenda				30.807	29.841
Corumbá Concessões S/A				30.807	29.841
Despesas Financeiras		1.313	27		
Juros de empréstimos		1.313	27		
CEB Lajeado S.A	m	1.313	27		
Outras Despesas		10	12		
Despesa de Locação de Imóvel		10	12		
CEB Distribuição S.A	n	10	12		

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

53

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Períodos de nove meses findos em			
		Controlada		Consolidado	
		30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas		41.426	18.488	44.013	18.488
Receita de Comerc. de Energia				2.587	
Corumbá Concessões S/A	k			2.587	
Receita de Prestação de Serviços		41.426	18.488	41.426	18.488
Governo do Distrito Federal	l	41.426	18.488	41.426	18.488
Despesas		1.352	776	90.808	85.682
Energia Comprada para Revenda				90.808	85.682
Corumbá Concessões S/A				90.808	85.682
Despesas Financeiras		1.322	749		
Juros de empréstimos		1.322	749		
CEB Lajeado S.A	m	1.322	749		
Outras Despesas		30	27		
Despesa de Locação de Imóvel		30	27		
CEB Distribuição S.A	n	30	27		

As operações de partes relacionadas são praticadas conforme as condições resumidas abaixo:

(i) Operações da Controladora com suas controladas

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

d) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram créditos em conta corrente da CEB Distribuidora.

i) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais

j) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB Distribuição S.A.

m) Valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela controlada CEB Lajeado a CEB.

n) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

(ii) Operações da Controladora e seus acionistas controladores e coligadas

a) A empresa Corumbá Concessões S.A é acessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB Distribuição S.A) e serviços de iluminação pública e manutenção (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

54

é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB Distribuição S/A firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 20.478 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

e) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A.. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

f) A CEB Distribuição S.A. tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com a empresa Corumbá Concessões S.A, com prazo de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.

g) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB Distribuição S.A na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.

h) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

k) A empresa Corumbá Concessões S/A é acessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

l) Representa a receita do serviço de iluminação pública e manutenção prestada ao GDF.

m) Refere-se a receita auferida pela CEB Distribuição S.A pelo serviço de suprimento de energia a empresa Corumbá Concessões S.A..

27 COBERTURA DE SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2012 (CEB Distribuição S.A) e até 31 de Janeiro de 2013 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.007 com um total segurado de R\$ 369.370. Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

55

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 30 de outubro de 2012, a Companhia fez o seguinte comunicado ao mercado:

“Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, comunicamos aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que o acionista majoritário, o Governo do Distrito Federal – GDF, encaminhou à apreciação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Projeto de Lei para aporte de capital na Companhia Energética de Brasília – CEB, no valor de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais).”

b) Em 8 de novembro de 2012, a Companhia publicou o Fato Relevante ao mercado com o seguinte teor:

“Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, comunicamos aos acionistas da COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais que o Governo do Distrito Federal está autorizado a contratar operação de crédito, no valor de R\$ 160 milhões (cento e sessenta milhões reais) com a Caixa Econômica Federal, conforme Lei nº 4.962 de 07 de novembro de 2012, destinado a aumento de capital social na Companhia Energética de Brasília.”

Brasília, 30 de setembro de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

EULER GUIMARÃES SILVA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

ELI SOARES JUCÁ
Diretora Administrativo-Financeira e de
Relações com Investidores

PAULO ELESBÃO LIMA DA SILVA
Contador
CRC – DF 9.658/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Brasília - CEB
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultados e de resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfases

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. Os planos da Administração para manutenção das atividades, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da controlada continuar operando.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 30 de setembro de 2012, situação financeira desfavorável, representada por capital circulante negativo no montante aproximado de R\$ 38,9 milhões. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa coligada. Os planos da Administração relacionados à continuidade das operações dessa coligada estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2. As informações contábeis intermediárias da referida coligada, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da coligada continuar operando.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2., entrou em operação parcial em 8 de fevereiro de 2007, por meio do suprimento de gás

natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores. Para que essa operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil-Bolívia ao Distrito Federal. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a controlada não conseguir viabilizar suas operações de forma plena.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o assunto divulgado na Nota Explicativa nº 5.d, referente aos faturamentos correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como aos valores relativos aos encargos por pagamentos em atraso, que não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica "Contas a receber", no ativo não circulante, cujo saldo, em 30 de setembro de 2012, totaliza R\$ 83,6 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações contábeis intermediárias, individual e consolidada, divulgadas para fins de comparabilidade

Examinamos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, individuais e consolidados, cujo relatório de auditoria foi emitido em 30 de março de 2012, sem modificações. As demonstrações de resultados correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, foram por nós revisadas e nosso relatório de revisão, datado de 17 de janeiro de 2012, foi emitido com ressalva em decorrência dos seguintes assuntos: 1) impraticabilidade de executar procedimentos de auditoria para concluir sobre os saldos das contas "Cauções e depósitos vinculados - Ativo não circulante" e parcela do saldo de "Bens e direitos destinados à venda – Ativo não circulante", nos valores de R\$ 7,4 milhões e R\$ 8,2 milhões, respectivamente; 2) ausência de controle analítico dos créditos de ICMS originados na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia; 3) ausência de controles que possibilitassem a identificação dos custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à construção ou produção dos ativos utilizados em sua atividade operacional; 4) ausência de registro a valor justo do instrumento financeiro correspondente às ações preferenciais cumulativas e resgatáveis de classes "A" e "B" emitidas pela coligada Investco S.A.; e 5) ausência de divulgação em notas explicativas dos seguintes assuntos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRS: a) os valores justos de todos os instrumentos financeiros, método de apuração dos valores justos e comparação dos valores justos com aqueles consignados nas demonstrações financeiras; e b) informações quantitativas sobre os riscos no âmbito do grupo. Os assuntos que originaram as referidas ressalvas foram solucionados pela Companhia no encerramento do exercício de 2011.

Brasília, 13 de novembro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 3º trimestre de 2012, encerrado em 30 de setembro de 2012; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 3º trimestre de 2012, encerrado em 30 de setembro de 2012.

Brasília, 13 de novembro de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

EULER GUIMARÃES SILVA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

ELI SOARES JUCÁ
Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 3º trimestre de 2012, encerrado em 30 de setembro de 2012; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 3º trimestre de 2012, encerrado em 30 de setembro de 2012.

Brasília, 13 de novembro de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

EULER GUIMARÃES SILVA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

ELI SOARES JUCÁ
Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores